



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 092

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 17 DE AGOSTO DE 2009

ANO XXXIV

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**VALDIR ROSSONI**  
2º Secretário - PSDB

**ELTON WELTER**  
3º Secretário - PT

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... *Luiz Claudio Romanelli*  
Líder da Oposição ..... *Elio Rusch*  
PMDB ..... *Waldyr Pugliesi*  
PSDB ..... *Ademar Traiano*  
Partido Democratas ..... *Plauto Miró*  
PT ..... *Péricles de Mello*  
PP ..... *Duílio Genari*  
PDT ..... *Luiz Carlos Martins*  
Bloco PPS/PMN ..... *Douglas Fabrício*  
Bloco PSB/PRB/PV ..... *Reni Pereira*  
Bloco PTB/PR ..... *Jocelito Canto*

### Representação Partidária

**PMDB** - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 092**

### **86ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios ..... 03

Indicações ..... 04

Requerimentos ..... 05

Projetos de Lei ..... 11

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 14

#### **Audiência Pública: Lei Antifumo**

##### **Introdução**

Dep. Nelson Justus ..... 15

Dep. Fernando Scanavaca ..... 15

Dep. Elio Rusch ..... 16

Dep. Luiz Claudio Romanelli ... 16

#### **Oradores:**

Sr. João Jacob Mehl ..... 17

Sr. Fábio Aguayo ..... 18

Sr. Valdemar Wielewski ..... 19

Sr. Gari Vinício Kiatkoski ..... 20

Sr. Rodolfo Soares ..... 22

#### **Interpeladores:**

Dep. Stephanes Júnior ..... 22

Dep. Ney Leprevost ..... 23

Dep. Valdir Rossoni ..... 24

Dep. Luiz Eduardo Cheida ..... 25

Dep. Plauto Miró ..... 26

Dep. Reni Pereira ..... 27

Dep. Marcelo Rangel ..... 28

Dep. Jocelito Canto ..... 29

Dep. Caíto Quintana ..... 30

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 31

**Encerramento da Sessão ..... 34**

### **DIÁRIO Nº 092**

### **86ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 86ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2009**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Luiz Nishimori.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mário Roque, Mauro Moraes, Milton Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Fábio Camargo, Francisco Bühner e Osmar Bertoldi (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Ofícios***

Sob os nºs CTL/CC 086, 087, 088, 089, 090, 091, 092 093, 094, 095, 096, 097, 099, 100, 101 e 103/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado comunicando que SANCIONOU os Projetos de Lei nºs:

272/09: do Poder Executivo que, torna obrigatório que as propagandas expostas em todo o território estadual, que tenham em seu conteúdo palavras em outros idiomas, possuam tradução, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16177. **Anote-se - Arquivo-se.**

304/09: do Poder Executivo que, autoriza o Estado do Paraná a quitar os créditos que detém junto ao Estado de Alagoas, decorrentes do contrato firmado com fundamento na Lei nº 13569/02, mediante o recebimento de R\$ 106.755.412,19, o qual convertido em Lei tomou o nº 16178. **Anote-se - Arquivo-se.**

106/09: do Poder Executivo que, altera e acresce os dispositivos que especifica, da Lei nº 11713, de 07/05/97, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16179. **Anote-se - Arquivo-se.**

209/09: do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação da área que especifica ao Município de Nova Aurora, o qual convertido em Lei tomou o nº 16180. **Anote-se - Arquivo-se.**

318/09: do Tribunal de Justiça que, altera para Corregedor, a denominação do cargo de Corregedor Adjunto estabelecida na Lei nº 14277/03 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 16181. **Anote-se - Arquivo-se.**

188/09: do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do terreno urbano que especifica, ao Município de Jesuítas, o qual convertido em Lei tomou o nº 16182. **Anote-se - Arquivo-se.**

271/09: do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação da área que especifica, ao Município de Marilena, o qual convertido em Lei tomou o nº 16183. **Anote-se - Arquivo-se.**

207/09: do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos lotes urbanos que especifica, ao Município de Pato Branco, o qual convertido em Lei tomou o nº 16184. **Anote-se - Arquivo-se.**

189/09: do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso dos lotes que especifica, ao Município de Porto Rico, o qual convertido em Lei tomou o nº 16185. **Anote-se - Arquivo-se.**

263/09: do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos lotes urbanos que especifica, ao Município de São Miguel do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 16186. **Anote-se - Arquivo-se.**

262/09: do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação da área que especifica, ao Município de Campina Grande do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 16187. **Anote-se - Arquivo-se.**

261/09: do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos lotes que especifica, ao Município de Itaúna o Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 16188. **Anote-se - Arquivo-se.**

057/09: do Poder Executivo que, autoriza concessão de subvenção econômica, com recursos do FDE, para a Agência de Fomento do Paraná S/A, sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para interessados em aderir ao Programa Bom Emprego Pequena Empresa, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16189. **Anote-se - Arquivo-se.**

187/09: do Poder Executivo que, cria a Medalha da Defesa Civil do Estado do Paraná, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16190. **Anote-se - Arquivo-se.**

354/09: do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de uso da data de terras que especifica, ao Município de Rio Bom, o qual convertido em Lei tomou o nº 16191. **Anote-se - Arquivo-se.**

099/09: de autoria do Deputado Alexandre Curi que, altera dispositivos da Lei nº 15426, de 15/01/07, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 16192. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CEE/CC 2518/09 da Sra. Maria Cecília Centa do Amaral - Chefe da Casa Civil do Estado, em exercício, encaminhando cópia do Ofício nº 2368/09 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, acerca da Indicação Legislativa nº 1417 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 2519/09 da Sra. Maria Cecília Centa do Amaral - Chefe da Casa Civil do Estado, em exercício, encaminhando cópia da Informação nº 054/09-AT da Secretaria de Estado dos Transportes, acerca da Indicação Legislativa nº 1166 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CEE/CC 2522/09 da Sra. Maria Cecília Centa do Amaral - Chefe da Casa Civil do Estado, em exercício, encaminhando cópia da Carta DP nº 742/09-AT do Diretor-Presidente da SANEPAR, acerca da Indi-

cação Legislativa nº 1471 de autoria da Deputada Beti Pavin. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1150/09/CGCV/DGI/SE/Mtur da Sra. Júnia Cristina França Santos Egídio - Coordenadora Geral de Convênios do Ministério do Turismo, comunicando a liberação para a Secretaria de Turismo do Paraná o valor de R\$ 42.223,47 (quarenta e dois mil, duzentos e vinte e três reais e quarenta e sete centavos), relativo ao convênio/Mtur nº 702063/08, que tem por objeto a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável de Curitiba, Região Metropolitana e Campos Gerais. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 389/CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Luiz Claudio Monteiro Morgado - Coordenador Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia do Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação de Ofício do Convênio nº 031/07. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 353/2009/AG Governo do Estado do Paraná do Sr. João Carlos J. Mendes - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, no valor de R\$ 18.873,22 (dezoito mil, oitocentos e setenta e três reais e vinte e dois centavos), destinados ao Estado do Paraná, referente à parcela do Contrato de Repasse nº 0226.006-35/2007/MCIDADES/CAIXA, no âmbito do Programa PPI/Intervenções em Favelas/UAS/Provisão Habitacional, que tem por objeto a Ações Estruturantes de Habitabilidade, Urbanismo e Preservação Ambiental dos Mananciais de Água Formadores do Rio Iguaçu, no Contorno de Curitiba. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 374/2009/AG Governo do Estado do Paraná do Sr. Luis Henrique Borgo - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, no valor de R\$ 756.076,44 (setecentos e cinquenta e seis mil, setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), nas contas vinculadas aos contratos de repasse, firmados com o Estado do Paraná, que tem por objeto a execução de ações relativas aos Serviços Urbanos de Água e Esgoto - implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário - assentamentos precários das bacias do Rio Iguaçu, Rio Belém, Rio Formosa, Rio Padilha e Bacia do Barigui - em Curitiba. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 378/2009/AG Governo do Estado do Paraná do Sr. João Carlos J. Mendes - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, no valor de R\$ 583.212,96 (quinhentos e oitenta e três mil, cento e vinte e um reais e noventa e seis centavos), referente ao Contrato de Repasse nº 0226.006-35/MCIDADES/CAIXA, junto ao

Programa PAC/Projeto Piloto de Investimento/Intervenções em que tem por objeto a Urbanização de Assentamentos Precários, com remanejamento e reassentamento de famílias, implantação de infra-estrutura completa, regularização fundiária, recuperação ambiental, construção de habitações, equipamentos e trabalho de participação comunitária. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 383/2009/AG Governo do Estado do Paraná do Sr. João Carlos J. Mendes - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, no valor de R\$ 756.076,44 (setecentos e cinquenta e seis mil, setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), na forma conta vinculada ao Contrato de Repasse 0224.994-48/MCIDADES/CAIXA, junto ao Programa PAC/Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário, que tem por objeto a implantação de sistema de esgoto sanitário nas bacias dos rios Iguaçu, Belém, Formosa, Padilha e Barigui, na Região Metropolitana de Curitiba. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 384/2009/AG Governo do Estado do Paraná do Sr. João Carlos J. Mendes - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, no valor de R\$ 99.900,00 (noventa e nove e mil e novecentos reais), na conta vinculada ao Contrato de Repasse 0277286-92/MDA/CAIXA, junto ao Programa PRONAT, que tem por objeto o apoio a educação no campo. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 385/2009/AG Governo do Estado do Paraná do Sr. João Carlos J. Mendes - Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná da Caixa Econômica Federal, notificando os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, no valor de R\$ 118.059,47 (cento e dezoito mil, cinquenta e nove reais e quarenta e sete centavos), referente ao Contrato de Repasse 0226.011-09/MCIDADES/CAIXA, junto ao Programa PAC/Projeto Piloto de Investimento/Intervenções em Favelas - UAS - Provisão Habitacional, que tem por objeto a urbanização de assentamentos precários, com remanejamento e reassentamento de famílias, implantação de infraestrutura completa, regularização fundiária, recuperação ambiental, construção de habitações, equipamentos urbanos e trabalho de participação comunitária. **Ao conhecimento da Casa.**

## **Indicações**

INDICAÇÃO Nº 838/09

### **SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião e à Secretaria do Estado da Educação e a construção de nova unidade escolar no bairro Guaraituba no Município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER seja proposto ao Exmo. Sr. Governador

do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e a Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de nova unidade escolar a nível de ensino fundamental e médio no bairro Guaraituba no Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) EDSON STRAPASSON

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal solicitação, devido ao aumento na demanda de alunos na região e ao crescimento demográfico em consequência do novo loteamento Parque dos Lagos constituído por 960 lotes, com previsão de construção de 500 novas moradias.

Atualmente o colégio que atende a comunidade local e o Colégio Estadual Heráclito Sobral Pinto no bairro Jardim Eucaliptos II, que já tem uma demanda excedida, atendendo em média de 42 à 54 alunos por sala de aula e assim mesmo fica por ano em torno de 25 à 30 alunos por série na fila de espera por uma vaga.

Informo que os outros dois colégios mais próximos são o Colégio Estadual Genésio Moreschi no bairro Guaraituba e o Colégio Estadual Luiz Sebastião Baldo na Vila São José, que também não comportam mais a demanda escolar.

Por essa razão, consideramos nosso pleito legítimo e justo, para garantir educação a todos, proporcionando segurança e qualidade no ensino.

#### INDICAÇÃO Nº 839/09

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, a instalação de redutores de velocidade na rodovia PR-323 com a rodovia PR-567.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário dos Transportes, a instalação de redutores de velocidade (quebra-molas) no trevo da rodovia PR-323 com a rodovia PR-567 (Bento Fernandes Dias), que dá acesso ao Distrito de São Lourenço, Município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Voldomiro Gonçalves Pereira, da Câmara Municipal de Cianorte.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

Esta medida é de fundamental importância para quem trafega neste trecho, haja vista os inúmeros acidentes fatais que vem ocorrendo nesta rodovia. Os redutores de velocidade irão coibir a alta velocidade neste trecho.

#### INDICAÇÃO Nº 840/09

##### SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e ao Secretário Estadual de Segurança Pública, a construção de uma Delegacia da Polícia do Distrito de Vidigal, Município de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, requer, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e ao Exmo. Secretário do Estado de Segurança Pública, Sr. Luiz Fernando Delazari, estudos para viabilizar a construção de uma Delegacia de Polícia no Distrito de Vidigal, Município de Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vereador Sérgio Pereira Júnior, da Câmara Municipal de Cianorte.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito do Vidigal vista aproximadamente 12 km da Cidade de Cianorte e possui uma população de cerca de 3.000 habitantes, contando com apenas um policial militar. Neste Distrito havia uma Subdelegacia de Polícia a qual foi destruída por um incêndio e até a presente data a mesma não foi reconstruída para proporcionar uma melhor atendimento na área de segurança à população local.

#### INDICAÇÃO Nº 841/09

##### SÚMULA:

Sugere que seja realizada a pavimentação asfáltica na estrada PR - 487, que liga os Municípios de Ipiranga e Ivaí.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Marcelo Rangel dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a realização de pavimentação asfáltica na estrada PR- 497, que liga os Municípios de Ipiranga e Ivaí.

II - a apresentação da presente indicação objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Ipiranga, tendo em vista que a referida estrada está em péssimas condições de trânsito.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) MARCELO RANGEL

### Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 3932

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 3, 4, 5, 6 (antecipada), 10, 11, 12 e 13 (antecipada) do corrente mês de agosto, em razão de estar acompanhando tratamento de saúde de pessoa de sua família, atendendo recomendação médica.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

## REQUERIMENTO Nº 3906

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, sejam inseridos nos Anais desta Casa, votos de pesar para a família do jornalista Abdo Aref Kudri, fundador e proprietário do Jornal Diário Popular, falecido na última sexta-feira.

Abdo Aref Kudri, nasceu em 05/11/28 faleceu na sexta-feira dia 15 de agosto e deixa viúva a dona Divonira e as filhas Soraya e Divonira Cristina.

Foi fundador dos jornais Correio do Paraná e Correio da Noite, e por motivo de saúde acabou deixando os mesmos para tratamento mais acurado.

Em 04/03/63, voltou à ativa, tendo fundado o Diário Popular. Foram 46 anos de circulação consolidando um estilo jornalístico próprio.

No mesmo ano, fundou o Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Paraná, com o objetivo de unir a classe e pela sua coragem e liderança exercia a presidência até a sua morte.

Todos os empresários, associados, jornalistas e fotógrafos e profissionais da imprensa estão de luto e são unânimes em reconhecer a sua extrema vocação para a liderança.

Ficam registrados nesta Casa os sinceros pêsames deste Parlamentar à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

## REQUERIMENTO Nº 3907

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Dario Moreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3908

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Francismar José de Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3909

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento João Maria Gonçalves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3910

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento João Mario Kochiniski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3911

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Julio de Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3912

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Luciano Monteiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3913

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Luiz Sozin, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3914

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Maria de Lurdes Pinheiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3915

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Maria de Fatima de Castro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3916

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Sofia Zebelucka, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3917

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Selma Calisto Simão, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3918

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Rosalina Siech, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3919

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Maria Saievicz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3920

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Josué Luiz Pasniak, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3921

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Antonio Carlos Dugonski, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3922

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Edevino Pinheiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3923

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Eduardo Singer Wieczorek, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3924

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Fabiano Ferreira da Rocha, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3925

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento José Carlos Walylo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3926

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Mario Nadal, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3927

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Rodinei Lima, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3929

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Roselia Ribas Soltes, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3930

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Veronica Pereira de Sousa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3931

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento Valdomiro Schamene, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 3933

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado para posteridade, na Ata dos Trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Abdo Aref Kudri, empresário, jornalista e presidente do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Paraná, ocorrido no dia 14/08/09.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente à família enlutada. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento à família deste ilustre jornalista paranaense.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

É para nós uma imensa tristeza perder este cidadão e amigo que passou a infância em Paranaguá, onde, aos 10 anos de idade, já descobria sua vocação ao trabalhar como engraxate e entregador de jornais para ajudar os pais. Através de seu perfil empreendedor, Abdo Kudri transformou-se numa figura nata do jornalismo acima de tudo, dono de um perfil de diplomacia nato. Abdo realizou o sonho de adolescência de ser proprietário de jornal e, acima de tudo, tornou-se um grande batalhador pela imprensa paranaense.

Ainda no longínquo ano de 1959, após ser diagnosticado com câncer, Abdo Kudri decidiu vender o Correio do Paraná por ouvir dos médicos que teria apenas mais um ano de vida. Mas, ao contrário das previsões, se recuperou completamente da doença e teve sua vida dedicada à liberdade de imprensa, ao jornalismo ético, à resolução de conflitos midiáticos e à defesa dos valores democráticos.

O falecimento do Sr. Abdo Aref Kudri abre uma enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos e amigas. O destino, portanto, roubou o do convívio de seus entes queridos e amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho árduo e pioneiro no ramo jornalístico neste Estado do Paraná. Durante anos, transmitiu ensinamentos com responsabilidade e auxiliou na formação do caráter de centenas de jovens paranaenses.

O tempo não apaga a dor trazida por uma perda dessa magnitude, abrindo uma grande lacuna em nossas vidas. Pai e avô, ocupou espaço que ninguém poderá ocupar. Resta-nos guardar os bons momentos vividos durante seus 80 anos e orar pela paz e conforto de toda a família.

Enviamos aos familiares nossos votos de profundo pesar e sinceras condolências pela perda irreparável os entes queridos. Foi-se Abdo e com ela a sua época e o seu papel.

## REQUERIMENTO Nº 3936

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, a família Siqueira pelo falecimento da Sra. Jucimara Siqueira, ocorrido no dia 13/08/09, no Município de Almirante Tamandaré.

Nestes termos, pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Sr. Aldinei Siqueira.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) CLEITON KIELSE

## REQUERIMENTO Nº 3952

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do empresário Abdo Khudry, falecido em Curitiba, em 14/08/09.

Abdo Aref Khudry foi mais que um jornalista, mais que empresário dono do Diário Popular, mais que um personagem da cena política paranaense com incursões em outros palcos.

Abdo Khudry nasceu no dia 05/11/29. Filho de imigrantes árabes, foi o primogênito do casal Aref e Isabel Kudri que desembarcou em Paranaguá, implantando pequeno negócio de armarinhos. Com a dificuldade financeira enfrentada pela família, que cresceu com a chegada de dois irmãos, Maria e Jorge, Abdo decidiu trabalhar. Intercalando com os estudos, fez serviços de engraxate, mensageiro e entregador de jornais.



Dedicado à escola, o jovem concluiu os cursos primário e científico, adquirindo, profundo gosto pela leitura, consumindo com entusiasmo livros, jornais e revistas.

Em 1949 passou a exercer profissionalmente o jornalismo e em 1951 passou a integrar a equipe do Diário da Tarde. De repórter passou a comentarista e editor chefe, Nos 46 anos de circulação do jornal, o jornalista Abdo conduziu aquele periódico com maestria, profissionalismo, ética, independência.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 3937

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Sr. Antonio Basso, pela sua ordenação de Diácono Permanente na Capela do Jardim Iguaçu no Município de Araucária, desejamos que Deus abençoe sua nova jornada.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3938

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Sr. Valdecir Antonio Bonini, pela sua ordenação de Diácono Permanente na Capela do Fonte Nova no Município de Araucária, desejamos que Deus abençoe sua nova jornada.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3939

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Sr. Joaquim Maurício Batista, pela sua ordenação de Diácono Permanente na Capela do Jardim Iguaçu no Município de Araucária, desejamos que Deus abençoe sua nova jornada.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3940

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Sr. Marco Leandro Tokarski, pela sua ordenação de Diácono Permanente na Capela São João Batista - São Francisco no Município de Araucária, desejamos que Deus abençoe sua nova jornada.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) ROSANE FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3958

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente sessão de votos de congratulações, ao Delegado Josimar Antonio da Silva e ao Tenente da Polícia Militar Fernando Ortiz de Lima Dantas, pela brilhante atuação no caso resolvido do sequestro relampágo, onde mãe e filha foram levadas de Ponta Grossa por dois bandidos e libertadas em Prudentópolis, numa ação conjunta entre a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Requer ainda, após aprovado seja dado ciência aos homenageados através de correspondência.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 3945

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Paulo Hilário Bonametti.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Paulo Hilário Bonametti, advogado, músico, escritor, compositor, membro do Centro de Letras de Curitiba, Cavaleiro da Boca Maldita, empresário realizado com grande vivência no mundo dos negócios. Com um perfil multi-facetado, integrou conjuntos musicais onde fez shows e viveu uma época risonha da Cidade e da música, seu talento é reconhecido por todos, tanto nas artes quanto na área empresarial.

#### REQUERIMENTO Nº 3946

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Estrelario Presentes, Confeções e Armarinhos.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Estrelario Presente, Confeções e Armarinhos, empresa da Sra. Estela Colatusso, que presta excelentes serviços à comunidade do Campo Comprido e região, dando atendimento especializado aos clientes que buscam em seu estabelecimento uma linha completa de fios, lãs e armarinhos, com uma equipe treinada e competente, garante produtos de qualidade aliados ao ótimo atendimento.

#### REQUERIMENTO Nº 3947

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Crestani Pneus.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem à Crestani Pneus, empresa do Sr. Paulo Crestani, que presta excelentes serviços à comunidade do Campo Comprido e região, dando atendimento especializado aos clientes que buscam em seu estabelecimento a solução para os problemas automotivos, com uma equipe treinada e competente, garante serviços de qualidade aliados ao ótimo atendimento.

**REQUERIMENTO N° 3948**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Hercule Spoladore pelo lançamento do livro “História da Maçonaria Paranaense no Século XIX”.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Dr. Hercule Spoladore pelo lançamento do livro História da Maçonaria Paranaense no Século XIX, formado em Medicina pela Universidade Federal do Paraná e escritor, realizou nesta obra um estudo histórico que torna mais clara a importância da Maçonaria na cultura e na história do Paraná, sendo uma fonte de consulta para as gerações que virão. Neste livro o autor demonstra ser um maçom, de alma paranista que acredita em seus sonhos, que concretiza seus projetos independentemente, com coragem e desprendimento, demonstrando sua preocupação com engrandecimento da cultura de nosso Estado.

**REQUERIMENTO N° 3949**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Hospital de Clínicas pelos 30 anos de transplante de medula óssea.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Hospital de Clínicas pelos 30 anos de transplante de medula óssea, demonstrando todo o pioneirismo da instituição e de seus profissionais que realizam o primeiro procedimento do Brasil. Sob a responsabilidade dos hematologistas Ricardo Pasquini e Eurípedes Ferreira, fez-se história. Dando início a este tratamento delicado, a medicina paranaense deu o passo decisivo para a evolução do processo, com novas técnicas abriu-se a possibilidade de aumentar o número de pessoas atendidas melhorando assim a assistência aos pacientes e transformando o hospital em referência nos transplantes.

**REQUERIMENTO N° 3950**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a RONE pelos 17 anos.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem a RONE pelos 17 anos, a Rondas Ostensivas de Natureza Especiais é um grupo de elite da Polícia Militar do Paraná, pertencente à Companhia de Choque que realiza um trabalho de suma importância para a sociedade, protegendo o cidadão com uma equipe extremamente treinada e de alta confiabilidade, suas intervenções são conclusivas, demonstrando a eficiência da corporação e a qualificação de seus integrantes. Nestes anos adquiriu junto a comunidade, o respeito e a credibilidade que um órgão de segurança exige, suas incursões na repressão ao crime são exemplo para outras instituições brasileiras, transformando esta unidade em referência no combate a criminalidade.

**REQUERIMENTO N° 3951**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presentes, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Fernando Gustavo Knoerr.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Justa homenagem ao Dr. Fernando Gustavo Knoerr pela nomeação como Juiz Substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, coroando assim a carreira do bacharel, mestre, doutor em Direito do Estado e atuante professor, que exerce esta profissão com nobreza, transmitindo seus amplos conhecimentos para a formação de cidadãos. Nesta nova função, vem para cooperar de forma positiva e imparcial para o cumprimento dos preceitos constitucionais no tocante aos tramites eleitorais em nosso Estado, dando desta forma sua contribuição para cada vez mais consolidar-se a democracia em nossa sociedade.

**REQUERIMENTO N° 3954**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Angélica Sureck.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Pelos relevantes serviços prestados, há vários anos, de assistência social às pessoas e famílias carentes de toda comunidade da Vila Marquette na Cidade Industrial de Curitiba.

Concomitantemente pela dedicação e desvelo voluntariamente dedicados aos cristãos em geral da Capela Senhor Bom Jesus do Passaúna.

**REQUERIMENTO N° 3955**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Diretor Regional dos Correios no Paraná Sr. Itamar Ribeiro.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Pelos relevantes resultados que vieram premiar a inovação e a determinação da equipe do Paraná sinalizando o acerto das estratégias adotadas.

Onde os resultados da receita obtiveram, um crescimento de 20% em 2008 em relação ao ano anterior e, foi a 3ª regional no ranking entre as 28 do País.

No campo institucional, no Paraná, ajudou a ECT a conquistar o primeiro lugar entre os Correios do mundo em respeitabilidade, conforme pesquisa divulgada pela revista Forbes.

Entre os paranaenses a marca Correios foi a mais lembrada, pelo segundo ano consecutivo.

**REQUERIMENTO N° 3956**

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Terezinha Brecailo Lenartowicz.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

Pelos relevantes serviços prestados, há vários anos, de assistência social às pessoas e famílias carentes de toda comunidade da Vila Marquette na Cidade Industrial de Curitiba.

Concomitantemente pela dedicação e desvelo voluntariamente dedicados aos cristãos em geral da Capela Senhor Bom Jesus do Passaúna.

**REQUERIMENTO N° 3953**

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviada correspondência ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando do mesmo a instalação de redutores de velocidade (quebra-molas) no trevo da Rodovia PR-323 com a Rodovia PR-567 (Bento Fernandes Dias), bem assim a iluminação do local.

A ocorrência de acidentes no local é uma constante e vem preocupando as autoridades locais, a exemplo da Câmara Municipal, conforme cópia anexa.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) CIDA BORGHETTI

***Projetos de Lei*****PROJETO DE LEI N° 400/09**

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Treinamento Atlético e Cultural Comunitário - CETACC, com sede e foro no Município de Piraquara.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

**JUSTIFICATIVA:**

O Centro de Treinamento Atlético e Cultural Comunitário - CETACC, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade estimular o espírito solidário da comunidade, alcançar os jovens, adolescentes e crianças, realizando trabalhos de prevenção e orientação sobre drogas, violência e doenças sexualmente transmissíveis, formar jovens com responsabilidade social, atender os associados nas áreas físicas, emocionais e psicológicas, fornecer atividades e cursos de treinamento esportivo como por exemplo a capoeira, jiu-jitsu, básico em escaladas, nas atividades culturais a dança, teatro, artesanato e outras.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública estadual o Centro de Treinamento Atlético e Cultural Comunitário do Município de Piraquara.

**PROJETO DE LEI N° 401/09**

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a OJAC - Organização Jurídica de Apoio ao Cidadão, com sede no Município de Curitiba/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) ANTONIO BELINATI

**JUSTIFICATIVA:**

A OJAC - Organização Jurídica de Apoio ao Cidadão, com sede nesta Capital, desenvolve inúmeras atividades visando melhorar a vida de muitos cidadãos, através da promoção a assistência ao desenvolvimento da Justiça e Cidadania, viabilizando programas de assistência, sócioeducacional, sócio cultural e sócioeconômica. Assegura também, às comunidades, carentes, assessoria e consultoria jurídica gratuita, bem como, difundir os direitos de cidadão, como ter um atendimento digno perante o Poder Judiciário. A OAJC proporciona um atendimento às pessoas carentes e as entidades beneficentes na medida das possibilidades da organização. Desta forma é notório o grandioso trabalho que a OJAC - Organização Jurídica de Apoio ao Cidadão exerce para os mais necessitados e menos capacitados.

Trata-se, portanto, de uma organização que merece ser reconhecida como de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 402/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Enquanto persistir a gripe H1N1, todas as servidoras públicas estaduais, incluindo as professoras, que estejam grávidas, ficam autorizadas a se ausentarem do trabalho, sem prejuízo dos respectivos salários.

Art. 2º Caberá à Secretaria de Saúde do Estado baixar instruções sobre o momento em que poderá haver o retorno às atividades de todas as mulheres contempladas com os benefícios previstos no artigo anterior deste projeto.

Art. 3º Os efeitos desta lei poderão ser aplicados pelas autoridades estaduais não apenas agora, com os problemas causados por essa gripe, mas também sempre que ocorra alguma pandemia que coloque em risco a saúde e a vida das mulheres grávidas que trabalham como servidoras públicas estaduais no Estado, incluindo as professoras.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) ANTONIO BELINATI

**JUSTIFICATIVA:**

É do conhecimento das autoridades da área da Saúde Pública e da maioria da opinião pública que a gripe H1N1 tem afetado elevado número de mulheres grávidas, com muitos casos fatais. Diante da gravidade da pandemia que a humanidade vem enfrentando, entendemos que a Assembleia Legislativa tem o dever de prestar sua colaboração para evitar que essa gripe continue se alastrando e, na nossa visão, o fato de gestante grávida comparecer às repartições públicas ou escolas constituir-se em grande risco para ela e para o bebê. Autorizar, legalmente, o afastamento do trabalho neste período de propagação da gripe ou em outras eventuais pandemias é o mínimo que nós, legisladores devemos oferecer, com a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 403/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Servidores Municipais de Diamante do Oeste - ASSERMUDI, com sede na Cidade de Diamante do Oeste e foro na Comarca de Matelândia, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) DUÍLIO GENARI

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Servidores Municipais de Diamante do Oeste - ASSERMUDI, fundada em 11/07/91, entidade sem fins lucrativos, vem incentivando e preservando a unidade da classe, defendendo os direitos e os interesses dos servidores públicos, bem como promovendo congressos, encontros, conferências, cursos, seminários e outros meios de aperfeiçoamento de interesses da classe.

Prestando assistência social e administrativa aos associados, incentivando o surgimento de liderança e promovendo a instrumentalização adequada do pessoal, criando espaços e proporcionando horas de lazer e descontração aos associados e seus familiares.

Trata-se de uma entidade de direito privado, sem caráter político, religioso e racial, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 95.729.943/0001-66, e pela sua importância e representatividade é merecedora ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do Estado do Paraná, pelo que solicitamos apoio e aprovação das Sras. e Srs. Deputados da Assembleia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 404/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetivar a remissão de foro aos enfiteutas interessados em consolidar em seu nome o domínio pleno dos imóveis foreiros do Estado do Paraná, nas condições a serem estabelecidas em decreto estadual.

Art. 2º A remissão de foro, uma vez requerida, somente será negada se aprovado o interesse do Estado em recobrar o domínio útil do imóvel, mediante exercício do direito de preferência, em prazo não superior a 01 (um) ano.

Art. 3º A remissão de foro será gratuita para os imóveis rurais não superiores a 20 alqueires paulistas, desde que o enfiteuta comprove estar na posse do imóvel há mais de 05 (cinco) anos.

Parágrafo Único. Nos demais casos, a remissão será onerosa, em valores a serem definidos por decreto do Poder Executivo.

Art. 4º Não se concederá remissão de foro a enfiteuta em débito com a Fazenda Pública Municipal ou Estadual.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) JOCELITO CANTO

**JUSTIFICATIVA:**

O Estado do Paraná é detentor do domínio pleno de um número reduzido de imóveis que há anos são explorados economicamente ou servem de moradia a cidadãos paranaenses, ou seja, o Estado tem o domínio direito e enfiteuta o domínio útil.

Em razão da inexistência de destinação pública, tais imóveis poderiam mais facilmente servir à finalidade social determinada pela Constituição Federal, se a propriedade estiver consolidada em mãos de quem dela faz uso, ou seja, seus ocupantes ou foreiros.

O presente projeto de lei tem por objetivo permitir a remissão de foro ao enfiteutas interessados em consolidar domínio pleno dos imóveis foreiros no Estado do Paraná, nas condições a serem estabelecidas através de decreto estadual.

PROJETO DE LEI Nº 405/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná a Sra. Letícia Sabatella.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/08/09.  
(a) BETI PAVIN

**JUSTIFICATIVA:**

Nascida em Belo Horizonte no Dia Internacional da Mulher, Letícia morou dos quatro aos dezessete anos em Curitiba. Neste período fez do Teatro Guaíra sua segunda casa; nele convivia com teatro, música e arte. Chegou a fazer parte do Coral Sinfônico do Paraná. Em Curitiba Letícia participou da ópera “O barbeiro de Sevilha” com a Trupe de Comédia dell’Arte e atuou na peça “O pelicano de Strindberg”. Nesta época Letícia fazia faculdade de Teatro quando, em 1991, foi para o Rio de Janeiro participar do episódio da Terça Nobre: “Os homens querem paz”, com direção de Luís Fernando Carvalho. Desde então não parou mais. No mesmo ano ingressou na novela “O dono do mundo”, de Gilberto Braga.

Em 1993, participou da minissérie “Agosto”. Em 1994, participou da novela “74.5 uma onda no ar”, na extinta TV Manchete. Em 1995, atuou em “Irmãos Coragem”. Em 1998, atuou em “Torre de Babel”. Em 2000, fez parte do elenco de “A Muralha”. Em 2001 atuou na novela “O Clone” e em “Porto dos Milagres”. Em 2003, a atriz atuou no filme “Durval Discos” e em 2004, em “Um Só Coração”.

No teatro, Letícia subiu ao palco com a peça “Não Flor, Nem Fera”, de Paulo César Carneiro Lopez, com direção de Ângela Barros. Também atuou na peça “Zé”, com direção de Ângelo Antônio; “Por um incêndio romântico”, com direção de Felipe Hirsch. A atriz atuou também na peça “Memorial do Convento”, uma adaptação do premiado livro de José Saramago.

Mineira de nascimento e curitibana de coração, Letícia viu na arte da interpretação sua verdadeira paixão.

Um de seus trabalhos de grande destaque na televisão foi a minissérie “Hoje é dia de Maria”, dirigida por Luís Fernando Carvalho, onde, na primeira jornada, interpretou a doce Maria em sua fase adulta. E, na segunda jornada, interpretou as personagens Alonsa, Rosicler e Asmodéia.

Além de ser um grande exemplo de atriz íntegra e talentosa, Letícia é uma pessoa engajada socialmente e que se preocupa com sua função social e com o que acontece em seu País. Participou pela segunda vez do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, ao lado de grandes nomes como o teólogo Leonardo Boff.

A atriz produziu um documentário sobre o palhaço dos rituais sagrados dos índios Kraho, em Tocantins, figura que tem o poder de manter a autoestima da tribo.

Em 2006, Letícia voltou ao horário nobre da TV, como a Irmã Lavínia, em Páginas da Vida, de Manoel Carlos. No cinema, a atriz lançou o longa “Vestido de Noiva”, de Nelson Rodrigues, filmado por seu filho Jofre Rodrigues.

Em 2007, a atriz voltou aos cinemas com o filme “Não por Acaso”, de Phillipe Barcinski, contracenando com Rodrigo Santoro. E voltou à TV como Ana, em Desejo Proibido, novela das 18h, de Marcos Paulo.

Em 2008, mostrando sua versatilidade, Letícia apresenta o programa Som Brasil, homenageando importantes músicos da música popular brasileira.

Em 2009 a atriz interpreta Yvone, seu primeiro papel como vilã na novela Caminho das Índias, de Glória Perez.

A atriz Letícia Sabatella participa da Campanha do Agasalho do PROVOPAR - Ação Social desde o ano de 2006, sem cobrar cachê.

Ela vem a Curitiba especialmente para a gravação, é uma pessoa sensível às questões sociais. Nesta campanha que está correndo, não precisamos fazer o texto, ela fala espontaneamente, porque está envolvida na campanha e quer realmente ajudar.

A atriz tem por princípio não fazer comerciais, participa apenas de projetos sociais.

PROJETO DE LEI Nº 406/09  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais Vale do Sol, da Comunidade de Passo do Tio Paulo, com sede e foro no Município de Palmeira, no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/08/09.  
(a) EDSON STRAPASSON

**JUSTIFICATIVA:**

Fundada em 10/05/08, a referida Associação tem por objetivo a complementação e apoio às ações desenvolvidas por seus associados.

Desta forma atua sem fins lucrativos, promovendo ações que levem ao desenvolvimento da vida rural comunitária.

Dentre suas contribuições ao meio rural comunitário destaca-se:

promoção de eventos que contribuem para o desenvolvimento humano cultural, econômico e bem estar da vida comunitária;

elaboração de projetos de interesse social para apresentação em órgãos públicos com a finalidade de obter bens, equipamentos ou recursos voltados para o uso dos associados proporcionando o aumento da renda familiar;

promoção e participação em feiras e eventos que permitam aos associados exporem ou comercializarem os produtos artesanais ou produzidos em suas propriedades;

promoção do cadastramento da Associação em órgãos públicos quando necessário para participação em programas do Estado, dentre outras promoções de interesse da comunidade local.

**PROJETO DE LEI Nº 407/09**

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a reversão ao patrimônio do Município de Pato Bragado, imóvel situado no quadro urbano do Município de Pato Bragado, com área de 800,00m<sup>2</sup> (oitocentos metros quadrados) devidamente matriculado na Comarca de Marechal Cândido Rondon, com Registro nº R-1-24.349, Ficha 01 e Matrícula nº 24.349.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/08/09.

(a) ADEMIR BIER

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem o objetivo de autorizar o Poder Executivo a proceder a reversão do imóvel descrito ao patrimônio do Município de Pato Bragado.

O imóvel especificado foi doado para o Estado do Paraná com o intuito de que fosse usado pelo Estado, em obras destinadas a favorecer a população de Pato Bragado.

Passados 11 anos nenhuma destinação foi dada ao terreno por parte do Estado, a Prefeitura Municipal, então, pleiteia construir no local uma Unidade de Saúde, que irá servir toda coletividade de Pato Bragado e região.

Sendo assim, apresentamos este projeto, convencidos do voto positivo de ampla maioria dos senhores membros para fazer justiça ao povo de Pato Bragado.

**Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

**Leitura do Expediente**

Sobre a mesa, Indicação nº 838/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Exmo Sr. Governador do Estado, e a Exma. Sra. Secretária da Educação, a construção de nova unidade escolar no bairro Guaraituba, no Município de Colombo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 839/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a instalação de redutores de velocidade na rodovia PR-323 com a rodovia PR-567, que dá acesso ao Distrito de São Lourenço, Município de Cianorte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 840/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, a construção de 01 (uma) Delegacia de Polícia, no Distrito de Vidigal, Município de Cianorte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 841/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a pavimentação asfáltica na PR-487, que liga os Municípios de Ipiranga e Ivaí. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Antonio Belinati, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3932, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias, dos dias 03 a 06 (antecipada) e 10 a 13 (antecipada) do corrente mês, em razão de estar acompanhando tratamento de saúde de pessoa de sua família, atendendo recomendação médica.

Requerimento nº 3906, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3907 a 3927 e 3929 a 3931, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3933, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3936, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3937 a 3940, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3945 a 3951, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3952 e 3953, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3954 a 3956, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3958, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Audiência Pública: Lei Antifumo***

### ***Introdução***

### ***Deputado Nelson Justus***

O SR. NELSON JUSTUS

Encerrada a leitura do Expediente, quero esclarecer aos Srs. Deputados que, como temos um projeto de extrema importância para ser votado aqui nesta Casa, que diz respeito à chamada Lei do Fumo, conversando com as lideranças dos partidos, já havíamos acordado que não teríamos Audiências Públicas exatamente por recomendação das Secretarias e do próprio Ministério da Saúde. A Comissão Permanente de Indústria e Comércio queria fazer uma Audiência Pública aqui na Assembleia, convocando o Sindicato dos Hotéis e Restaurantes, os produtores de fumo, as indústrias, enfim, e achamos que nada mais oportuno.

Em virtude da gripe H1N1, cancelamos toda as Audiências Públicas durante o mês de agosto, como também cancelamos a permanência de pessoas nas galerias da Assembleia.

Ora, para que não atrasássemos mais o processo, não retardássemos mais e ficássemos aí no aguardo de novos acontecimentos, a Mesa Executiva tomou a decisão de fazer a Sessão de hoje, como se fosse uma Audiência Pública. E ela é pública porque parte da imprensa está aqui presente e a TV SINAL passa, ao vivo, toda a nossa Sessão e a retransmite no horário da noite.

Fizemos um convite a algumas entidades representativas para que viessem usar a tribuna na Sessão de hoje. Outro segmento contrário ao que vai falar hoje falará na Sessão de amanhã. Os Deputados poderão interpor perguntas aos palestrantes e estaríamos em condições de apreciar e votar a matéria ainda nesta semana e, de preferência, colocá-la na Ordem do Dia para a 1ª discussão na Sessão de quarta-feira. Isso nós conversamos com o Líder da Oposição, com o Líder do Governo, com o Presidente da Comissão de Saúde, com o relator da Comissão de Saúde, com o Presidente da Comissão de Indústria e Comércio, para que pudéssemos chegar a esse acordo. Por essa razão, na Sessão de hoje, ouviremos, pela ordem, o Dr. João Jacob Mehl - Vice-Presidente do Sindicato dos Hotéis e Restaurantes do Estado do Paraná; o Sr. Fábio Aguayo, Presidente da Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas; o Sr. Valdemar Wielewski, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fumo de Rio Negro - SITIFUMO; o Vereador Gari Vinício Kiatkoski, Presidente da Câmara Municipal de Rio Negro; o Sr. Rodolfo Soares, Diretor de Assuntos Técnicos da Associação Brasileira de Gastronomia, Turismo e Hospedagem - ABRESI.

Então, faço esse registro para que possamos, sem delongas, dar início a esta Sessão Plenária, já limitando, mostrando, de que maneira iremos proceder na Sessão de hoje e que não será diferente na Sessão de amanhã, para que estejamos em condições de dar início a esse processo de votação da maneira mais democrática, solicitando, como fizemos em outras questões pontuais, que essa, ratificando, não é uma questão político-partidária. Esse não é um projeto político-partidário, de jeito nenhum, é um projeto de ação social e de saúde pública.

Por essa razão, passo a palavra ao Deputado Fernando Scanavaca, Presidente da Comissão de Indústria e Comércio, para que possamos, o mais rápido possível, dar início a esta Sessão.

### ***Deputado Fernando Scanavaca***

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acho que hoje a Assembleia Legislativa está dando uma grande demonstração do que é a Assembleia Legislativa do nosso Estado, quando um projeto polêmico, um projeto que tem vários prós e contras, a Assembleia Legislativa, hoje, abre espaço para as pessoas envolvidas, segmentos envolvidos, como o Sindicato dos Hotéis, dos Bares, os produtores, a indústria do fumo no nosso Estado.

Essa lei tem sido aprovada em vários Estados do nosso País, mas um dos maiores produtores de fumo é o nosso Estado. Por isso que solicitei, naquele momento, que a Comissão de Indústria e Comércio pudesse ter o parecer do segmento envolvido na economia do nosso Estado. Sabemos que muitas pessoas dependem desse segmento, principalmente os produtores de fumo do nosso Estado. São pessoas, produtores que estão interpretando essa lei como o fim da sua atividade. E isso não podemos ter a responsabilidade, de repente, de fazer com que várias famílias entrem em desespero, pensando nessa atividade, que hoje é muito rentável para os produtores de fumo do nosso Estado.

Agradecer a esta Casa, principalmente à Mesa Diretora, que está dando a oportunidade para que esses segmentos possam vir aqui, dizer para nós, Deputados, o que representa essa lei para o nosso Estado.

Passo a palavra ao eminente Deputado Elio Rusch, que também é um profundo conhecedor dessa atividade no nosso Estado.

Eram essas as minhas palavras.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedo neste instante, a palavra ao Deputado Elio Rusch, Líder da Oposição nesta Casa, e logo em seguida ao primeiro orador, Dr. João Jacomel.

## ***Deputado Elio Rusch***

**O SR. ELIO RUSCH**

Presidente Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados, em especial ao senhores empresários que representam o setor produtivo do nosso Estado e também o Sindicato dos Produtores de Fumo, enfim, trabalhadores, todos que se fazem presentes nesta Sessão.

Parabenizar V. Exa. junto com o 1º Secretário da Casa, Deputado Alexandre Curi e o Deputado Valdir Rossoni, 2º Secretário, pelo fato de abrirem um espaço na Sessão Ordinária, para que todas as entidades ou empresas, envolvidas nesse projeto tão polêmico, possam se manifestar. Acredito que esse é um projeto que está sendo discutido, hoje, no Brasil inteiro. Temos que, com muito equilíbrio, sem radicalismo, tomar uma decisão.

Temos a presença do Sr. João Jacob Mehl, Presidente do Sindicato da Rede Hoteleira do Estado do Paraná; do Sr. Fábio Aguayo, Presidente dos Bares e Restaurantes de Curitiba e do Paraná; do Sr. Gari Kiatkoski, que representa os plantadores de fumo do nosso Estado e também Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Rio Negro; do Sr. Waldemar Wielewski, que representa o Sindicato dos Trabalhadores do Fumo.

Cabe a nós, Deputados, à Mesa da Assembleia, às Comissões Permanentes da Assembleia, que já deram o seu parecer ou ainda vão dar, exarar o seu parecer, levar em consideração dois fatores que são importantes demais. De um lado temos a saúde, do outro o lado social, e o econômico também. É preciso ter muitas cautela.

É por essa razão que os senhores estão aqui, hoje, transformando a nossa Sessão Ordinária, como disse o nosso Presidente Nelson Justus, em uma Audiência Pública, onde poderão expor o seu ponto de vista. Após a exposição, os Parlamentares poderão indagá-los. A mesma coisa acontecerá no dia de amanhã, quando estarão representadas aqui outras entidades que representam também e defendem o seu desejo. Esse é o papel da Assembleia Legislativa.

O Parlamento no Estado do Paraná tem avançado muito. Todos os projetos polêmicos, principalmente quando o Nelson Justus preside estas Casa, tem procurado trazer a sociedade do Paraná dentro desta Casa, porque alguém já disse: “O Poder Legislativo é a caixa de ressonância da sociedade”. É aqui que se debate, é aqui que se discute. Já disse - Parlamento - parla, falar e aperfeiçoar aquilo que nós Parlamentares vamos discutir.

Disse muito bem o Deputado Nelson Justus, não se trata de projeto de Oposição, nem de Governo, e nem de partido A ou B, é um projeto que interessa à sociedade do Estado do Paraná num todo, onde todos os aspectos deverão ser analisados, e com todo critério, depois vamos votar esse projeto para o bem da sociedade do Paraná.

Vamos ouvi-los no dia de hoje, e com toda certeza as dúvidas que existem, Deputado Nelson Justus, poderão ser esclarecidas, tanto hoje como amanhã.

Por esta razão, mais uma vez, Deputado Nelson Justus, eu, como Deputado, quero agradecer a V. Exa. por esta oportunidade que o senhor tem dado, não somente ao segmento da sociedade, mas a oportunidade que o senhor dá à sociedade do Paraná, de ouvir os mais diversos segmentos, as entidades envolvidas de uma ou outra forma, defendendo o seu ponto de vista.

Parabéns à Mesa da Casa, sucesso, felicidades aos expositores no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

## ***Deputado Luiz Claudio Romanelli***

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Sr. Presidente, faço uso da palavra no sentido de registrar que o acordo que V. Exa. propôs, e que nós concordamos, foi que pudéssemos hoje ouvir os segmentos da economia e setores da sociedade que defendem, ou seja, que o projeto que foi proposto por esta Casa proibindo, banindo o uso do fumo, do cigarro, do tabaco em ambientes de uso coletivo, que essas entidades e segmentos pudessem ser ouvidos aqui nesta Casa nesta segunda-feira.

E amanhã vamos ouvir aqui fundamentalmente todas as entidades e segmentos da sociedade que defendem o banimento, a proibição, a restrição, a mudança de paradigmas em termos da questão que envolve o uso do tabaco.



Quero dizer a V. Exa. que faço este registro no sentido de dizer que esta Casa aqui sempre pautou pelo processo democrático. O processo legislativo sempre foi pautado pelo livre convencimento de cada Parlamentar aqui nesta Casa, das Sras. Deputadas, Srs. Deputados, e que aqui todos são homens e mulheres livres e que pensam não muitas vezes até dos seus convencimentos pessoais, mas fundamentalmente em razão daquilo que é importante de mudança na sociedade.

Por isso que tenho certeza absoluta que este debate aqui vai ser extremamente importante para que todos consolidem as suas ideias e que, na quarta-feira, possamos votar já em 1ª e provavelmente em 2ª discussão, quando deverá receber emendas ou substitutivo proposto pelo Deputado Reni Pereira.

Mas penso que é muito importante este debate e que ele se trave da forma mais democrática e respeitosa possível, porque afinal de contas o que queremos é ver aprovado o projeto e banido o uso do cigarro, do tabaco dos ambientes de uso coletivo, públicos ou privados, no âmbito do Estado do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente.

## **Oradores:**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo neste instante a palavra ao Sr. João Jacob Mehl, Vice-Presidente do Sindicato dos Hotéis e Restaurantes do Estado do Paraná.

## **Sr. João Jacob Mehl**

O SR. JOÃO JACOB MEHL

Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, Srs. Deputados, demais presentes.

Quero dizer do meu orgulho, da minha satisfação em estar presente nesta oportunidade, pela primeira vez nesta Casa de Leis, e espero de alguma forma poder contribuir para a decisão dos senhores pelo bem da sociedade paranaense.

Vou ser um pouco cabotino e dizer que sou fruto do meio. Meu pai tinha bar desde 1936, antiga Confeitaria Stuart, e eu costumo dizer que já nasci atrás do balcão, em 1944. Muito cedo passei a frequentar o sindicato e, de alguma forma, tentando reunir o segmento restaurantes, os profissionais que trabalham na área de bares e restaurantes e, naquela época, não conseguia, porque o dono do restaurante era aquele que trabalhava, não tinha tempo para se reunir, ele era a pessoa que cuidava do bar, trabalhava na cozinha, trabalhava no balcão. Nessa época conheci e aprendi a admirar os hoteleiros que fizeram o nosso sindicato, hoteleiros que deram exemplo para o Brasil.

Vimos ultimamente o ingresso das grandes redes internacionais em todos os quadrantes do Brasil, redes internacionais de hotelaria que sufocam, na maioria das Cidades, os hoteleiros da região, menos aqui! Aqui demos

o exemplo contrário, aqui temos, e eu me orgulho em citar três famílias que não só solidificaram, alicerçaram seu comércio aqui no Paraná, como expandiram para fora dele, orgulhando a todos nós: família Abujamra, da Rede Mabu; família Cannet, da Rede Deville; família Besozzo, da Rede Bourbon, paranaenses que estão pelo Brasil afora dando uma demonstração do trabalho, da dedicação, da luta de nós paranaenses! O exemplo que estas pessoas nos deram, demonstraram também, na área de alimentação e bebidas, que havia a necessidade de um crescimento, e nós assistimos, nos últimos anos, uma transformação total na área de restaurantes e bares principalmente.

Pouca gente sabe, mas dono de restaurante se preocupa, e muito, com a saúde da população. Tivemos a legislação da ANVISA nos últimos três anos entrando em vigor e nenhuma coerção, nenhuma luta em cima do nosso segmento. Foi um segmento, através do SENAC, através da ABRAVEL, que é a Associação de Bares e Restaurantes que mais cresce no Brasil, através do Sindicato de Hotéis, passamos a ministrar cursos de higiene alimentar, cursos de boa prática da alimentação, cursos para alimento seguro. Esta é a preocupação maior com a saúde.

Dou um exemplo: há algum tempo atrás, eu comprava no meu comércio 50, 100 quilos de filé de peixe. O que se faz? Telefona, pede, o peixe vem, você recebe uma caixa branca, bonitinha, com o filé de peixe. Não é só isso mais. Hoje, nós vamos à peixaria saber se o peixe que vai me ser vendido está na temperatura ideal, saber se pessoa que manipula, que vai filetar aquele peixe está higienizada, saber se o ambiente onde está sendo preparado esse alimento está sendo devidamente limpo, para que eu possa receber uma mercadoria higiênica, saudável, para fornecer aos meus clientes. Hoje meu funcionário frequenta, vai no ambiente do meu fornecedor saber se a temperatura do produto que vai me ser fornecido está na temperatura ideal, para saber se o acondicionamento, o tempo à temperatura, o ar, o ambiente são propícios para manter o produto que vou receber em condições ideais de uso.

Até bem pouco tempo atrás não se falava em nutricionista, hoje eu digo, a nutricionista é mais importante num restaurante do que um farmacêutico numa farmácia. E o farmacêutico é obrigado. Na farmácia, ela vai vender 99% dos produtos industrializados; o restaurante não vende nada industrializado. Ele vai manipular tudo. E este empresariado que hoje tenho orgulho de representar, todos eles têm esta preocupação, todos têm uma preocupação com a saúde da família, com a saúde do alimento que é fornecido, com a bebida que é fornecida.

Posso dizer aos senhores que nós, no Paraná, somos pioneiros, os primeiros diplomas de Saúde Alimentar foram distribuídos em Curitiba, numa demonstração da preocupação do comerciante de nossa área de que haja saúde e que a pessoa possa ter acesso ao nosso estabelecimento e receber um alimento e uma bebida saudáveis. Hoje o comerciante precisa de filtro de ar da fumaça da churrasqueira, ele tem que ter o ar-condicionado perfeito, temos que reciclar o lixo, hoje temos que nos preocupar

com estacionamento dentro e fora do nosso estabelecimento, temos que fazer revestimento acústico para não incomodar a vizinhança. Hoje o nosso ramo requer investimentos altíssimos. E temos casas espetaculares em Curitiba. Hoje podemos dizer que o Paraná só perde para São Paulo em termos de qualidade de alimento e de serviço. Não devemos nada a ninguém, apresentamos a melhor qualidade de serviço.

Quero dizer aos senhores que os hoteleiros, os restaurantes, os similares que o nosso sindicato representa, a ABRASEL, que tive orgulho de fundar e ser o primeiro presidente, somos contra o cigarro nos estabelecimentos, não somos a favor de cigarro em bar, restaurante e hotel, mas entendemos que podemos ter um espaço para que o viciado possa fumar. Precisamos desse espaço, mesmo que seja temporário. Estamos nos adaptando.

Vou dar um exemplo: esta semana fui a um bar ali na Itupava, o Bar Tartaruga, em frente ao Positivo. Como não gosto de cigarro, não suporto o cheiro de cigarro, tinha uma mesa próxima à porta, eu sentei naquela mesa. Aí eu pensei: aqui vou ficar livre do cigarro. Mas o fumante também está consciente hoje, está respeitando. E os fumantes saíram lá de dentro e foram fumar na porta. De repente tinha 15 fumando na porta e eu recebendo tudo aquilo na minha cara. Então, não adiantou eu ficar na porta. O ideal seria que tivesse um espaço para essas pessoas fumarem, não pode ser na frente do bar, vai ter que fumar do outro lado da rua.

Então, pediríamos aos senhores para que não comessem a surgir liminares. Pediríamos que houvesse um pouco de liberdade ao comerciante da nossa área. Aquele que pode, aquele que tem condições de construir um jardim de inverno, aquele que tem condições de construir uma área. Temos tantos estabelecimentos bonitos em Curitiba, no Paraná. Tantas casas chiques onde tem uma área com piano, tem uma área com saxofone, uma área só com bar, tem uma área só com restaurante, um espaço só para dançar. Por que essa casa, porque esse comerciante não pode ter um espaço para aquele que fuma? É esta a colocação que gostaria de fazer aos senhores.

Semana passada tivemos uma votação idêntica em Belo Horizonte e a Assembleia mineira concedeu, exatamente esse espaço, que espero que seja incluído como aditivo nesta Lei Antifumo, a permissão de quem quiser, o comerciante que tiver condições de criar um espaço onde não entre funcionário, não entre garçom, onde não se sirva bebida, porque temos que respeitar os nossos funcionários também, esse espaço destinado a quem não pode fugir do cigarro.

O tempo vai mudar tudo isso. O tempo vai fazer com que se elimine, por completo, o cigarro dos estabelecimentos fechados. Mas pelo menos nos dê um prazo para quem ainda tem condições de criar esse espaço, se permita que se crie. Não vamos falar em autofagia, que nós habitualmente queremos matar o outro. Eu sou contra o cigarro e na minha casa não entra cigarro.

Mas não é por isso que eu quero que o meu concorrente não crie o espaço para o fumante. O fumante hoje está mais respeitoso, eu também respeito a pessoa.

Temos muitas casas. Temos um comércio de aproximadamente 30 mil pontos de venda de bebidas no Estado do Paraná. É muita gente. Acho que precisamos nos preocupar com o emprego de todas essas pessoas, respeitando a saúde e o comércio de cada um, respeitando a atividade de cada um.

Agradeço a oportunidade que estão me dando. Espero que esse aditivo seja incluído à lei, dando esse direito a quem quiser fazer a sua sala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, o Sr. Fábio Aguayo, Presidente da Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas - ABRAPAR.

Esclareço aos Srs. Deputados que vamos deixar os cinco oradores fazerem uso da tribuna e depois os Deputados vão poder inquiri-los da maneira que lhes convier.

### ***Sr. Fábio Aguayo***

O SR. FÁBIO AGUAYO

Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, amigos, companheiros dessa luta.

É com satisfação que venho aqui hoje, defender uma tese que muitos dizem que não há argumentos. Acho que o maior argumento que estamos defendendo aqui, além da Constituição Federal, é a sobrevivência dos postos de trabalho para os nossos funcionários.

Da forma como a lei está colocada, ela impossibilita de sustentarmos os nossos serviços, os nossos ambientes. Somos 12 mil empresas de bares e casas noturnas no Estado do Paraná. Geramos 45 mil empregos diretos e milhares indiretos. Depende de nós taxistas e estacionamentos, entre outros serviços. Se não tivermos uma vida noturna, e para um cidadão, hoje, sobreviver, ter uma vida alegre, somos feitos de relacionamentos, as pessoas precisam de relacionamento, e é nos nossos estabelecimentos que elas conseguem ter essa harmonia de vida.

Sei que o fumo causa dependência, o uso prolongado do cigarro pode causar a dependência física e psicológica, pode ocasionar doenças. O tabagismo tem um alto custo social. Combater o cigarro é uma questão de saúde pública a todo custo. A todo custo não! Não, porque os fins não justificam os meios.

Dessa vez estamos falando do direito das pessoas, do direito das empresas, a livre iniciativa, investimentos. Não se pode mudar um jogo com o campeonato já em andamento.

Temos uma legislação federal desde 1996, mas ninguém cumpre essa lei. Uma lei só é eficaz quando há fiscalização ou quando há mecanismo que faça cumprir a lei.

Muitos estabelecimentos aqui em Curitiba estão se adaptando à lei. Muitos que têm esse espaço reservado estão fazendo a lei ser cumprida. Temos presentes aqui dois empresários que investiram muito para ter esse ambiente para seus clientes. Não é pouco dinheiro, Presidente, é muito dinheiro que se investe. Mas não é só para a saúde dos nossos funcionários, é para a saúde dos clientes também.

O ar dentro de um estabelecimento que tem essa tecnologia é mais puro que da rua. Quando as pessoas falam que não existe uma tecnologia ficamos tristes, porque as pessoas não conhecem o nosso estabelecimento. Muitas pessoas que frequentam nosso bar, quando vem o sistema que está em funcionamento, ficam impressionados com a eficácia do equipamento.

Hoje, como é sabido, o turismo aqui no Paraná é uma das principais vocações econômicas do Estado. Temos Foz do Iguaçu, que recentemente aprovou uma lei municipal garantindo aos nossos clientes área reservada. A lei foi aprovada em maio de 2007.

Em Ponta Grossa, recentemente, em julho foi aprovada uma lei municipal garantindo espaço reservado para nossos clientes. Em Londrina o Pastor Gerson Araújo também fez uma lei municipal obedecendo critério, para os clientes também terem uma área reservada.

Por que tem que ser diferente na Assembleia Legislativa? Se estamos tentando dar uma maior satisfação aos nossos clientes, somos vendedores de serviços, produtos, não podemos deixar nossos clientes na rua. Hoje vivemos uma onda de violência. A legislação municipal de São Paulo, hoje está enfrentando uma coisa que as pessoas não levaram em consideração. Hoje a poluição em São Paulo cresceu tanto, há milhares de bitucas nas ruas, entupindo bueiros. Fizeram a lei mas não deram condições de como manter a Cidade limpa.

Outro problema que está sendo ocasionado em São Paulo é a poluição sonora, vizinhos estão jogando ovos nos clientes, porque as pessoas vão para a rua conversar. Nós investimos milhões em isolamento acústico, porque é obrigatório ter isolamento acústico nos bares e casas noturnas. Para quê foi feito o isolamento acústico? Hoje é sabido que o som da conversa é mais alto do que o equipamento dentro das casas. Os milhões que gastamos para isolamento acústico não estão valendo nada, porque as pessoas têm que conversar na rua.

Às vezes acontecem umas incoerências na lei e é isso que estamos tentando corrigir. Só estamos querendo que o cliente tenha conforto e segurança. É essa a nossa luta. Somos a favor da lei, sim, não sou fumante e não quero que os meus filhos fumem, mas temos que respeitar as pessoas que fumam.

A nossa luta com o SindiHotel. ABRASEL, com a ABRESI, com os produtores rurais, com os trabalhadores da indústria do fumo, é que pelo menos no Estado do Paraná tenha esse direito à liberdade.

Nenhum empresário vai investir numa coisa que não tem condições.

Apelo aos Srs. Deputados que reflitam sobre esse assunto, porque estamos falando não só de conforto aos nossos clientes, mas uma coisa que é muito importante: a geração de emprego.

Estamos vivendo essa situação com a Gripe A, nos nossos estabelecimentos caiu o movimento em 70%. Alguns estão até fechando os estabelecimentos. São centenas de leis contra nós. Em andamento, na Assembleia Legislativa, tem 14 leis contra o nosso segmento. Agora, criamos uma frente parlamentar, para tentar discutir junto com os Deputados se há possibilidade de participarmos mais das elaborações das leis, aqui na Casa.

E na questão da lei antifumo, graças a Deus, Deputado, o senhor mostrou mais uma vez que a democracia vale acima de tudo. O senhor está escutando o outro lado. Sei que há pessoas, que tentam dizer para nós que o cigarro faz mal. Sabemos que o cigarro faz mal. Mas, para as pessoas que têm o vício, é difícil falar para elas: “Olha, você não pode entrar no meu estabelecimento”. Não queremos discriminação. Só queremos o direito de receber todos os clientes, independente de vício, de raça, de credo. Esse é nosso direito.

Então, Deputado Nelson Justus, agradeço esta oportunidade e peço aos Srs. Deputados, que concedam este espaço para que possamos receber nossos clientes, de forma justa e com segurança. Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Waldemir Wielewski, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fumo de Rio Negro, SITIFUMO.

### *Sr. Valdemar Wielewski*

#### O SR. VALDEMAR WIELEWSKI

Exmo. Sr. Nelson Justus, Presidente desta Casa, demais Deputados, autoridades presentes. Em primeiro lugar, quero fazer um agradecimento especial ao Presidente desta Casa, por ter aberto este espaço. O que estamos vendo na televisão, em São Paulo, democracia está acabando.

Sou Presidente do Sindicato das Indústrias do Fumo, com sede no Município de Rio Negro, que abrange o Estado do Paraná. Srs. Deputados, antes de ter assumido o cargo de Presidente do Sindicato, fiquei por mais de 20 anos dentro da empresa fumageira, trabalhando na área do campo, visitando todas as famílias, todos os plantadores.

Hoje, represento 2 mil e 300 funcionários de carteira assinada, funcionários de empresas fumageiras. Existem 33 mil e 020 famílias no Estado do Paraná; 33 mil e 020 famílias registradas que plantam fumo. Estas 33 mil famílias, são 65 mil e 560 hectare. Se dividirmos esta área de terra pela quantidade de famílias, não dá dois hectares. Podem estar me questionando, mas estamos aqui para discutir a questão de fumar ou não fumar dentro de um estabelecimento.

Agora, estas 33 mil famílias não têm filho bandido. Estão trabalhando; têm sua parabólica; têm seu carro e têm sua casa. Não existe cracolândia lá no interior, como existe na rua, como alguns estão pregando, que devemos fumar na rua. Confesso aos Srs. Deputados que sou fumante. Sou fumante e meu filho está ali, não é fumante.

Hoje, quando fomos almoçar - viemos em oito - três fumantes e cinco não fumantes. Fomos ao restaurante e quando perguntaram se a área era para fumantes ou não, todos foram para a área de não fumantes.

Sei que é difícil estar falando e defendendo a questão do fumo. Faz mal para a saúde. Todo mundo sabe. Só que a comercialização do cigarro é lícita. Todas as leis federais tratam a comercialização do cigarro como atividade lícita. Se o projeto prevê a proibição de áreas reservadas, há quem diga que é inconstitucional, porque existe lei federal que autoriza uma área reservada. Sou contra ter áreas como chamam vulgarmente de fumódromos.

É claro que tem que acabar esse tipo de fumódromo! Agora, todos os estabelecimentos têm que ter um local, que se a pessoa tem essa dependência, que ela vá lá e fume o seu cigarro, que não seja servido nada lá, que não tenha funcionário, porque devagar sabemos que cada dia que passa está diminuindo mais e mais os fumantes. Agora, não podemos fazer como o Governador Serra, fazendo essa proibição e esse trabalho contra o fumo, porque estou aqui para defender 2 mil e 300 funcionários, mais de 30 mil famílias do interior que vivem disso. Gostaria que os Deputados, na hora de votar, pensassem, porque existem tantas outras coisas. Por exemplo, hoje você vai a um restaurante com dois ou três filhos e você pode ficar tomando vinho e cerveja o dia inteiro ao lado do seu filho. E a questão do cigarro, do fumo?

Para finalizar, gostaria de mais uma vez pedir que se algum Deputado, se algum órgão tiver alguma agricultura que pudéssemos substituir pelo fumo, que com menos de um hectare você ganhe R\$ 8 mil limpo, que nos procurasse, porque nós faríamos isso. Sei que é difícil, que é questão de Saúde Pública, mas também estivemos conversando com os Deputados e, daqui alguns anos os nossos netos e bisnetos vão achar até divertido comentar que nós fumávamos. Mas, agora temos que ter um pouco de paciência, porque há 20 anos o desemprego era de 2,8% e hoje com a crise não quero nem colocar o número que corresponde aos dados verdadeiros no nosso País.

Concordo plenamente com o que foi dito aqui, que isso não é um projeto político, não é uma questão que veio do Governo, não é da Oposição ou de tal partido, mas é difícil dizer que é uma questão social. Mas, para essas famílias e para o comércio, ainda necessita de um local que seja uma área reservada, que ele vá lá e que fume o cigarro dele, por não podermos retirar o direito de liberdade de ir e vir da pessoa. Seria isso.

E no mais, que no dia da votação gostaria que o Grande Arquiteto do Universo iluminasse a cada um de vocês. Tenho acompanhado a TV e os jornais e, acho que o Paraná está um exemplo de democracia, como coisas

que em certas televisões não dá para ligar mais, aqui estamos trabalhando tanto e vemos que, cada dia que passa o Paraná está conseguindo mais e mais crescer. Então, vamos devagarinho fazer essa desaceleração da lei contra o fumo.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Rio Negro, Vereador Gari Vinício Kiatkoski.

**Sr. Gari Vinício Kiatkoski**

O SR. GARI VINÍCIO KIATKOSKI

Sr. Presidente, Mesa Diretora e Srs. Deputados.

Já tive a oportunidade e a honra de ter participado da reunião da Comissão de Saúde desta Casa e mais uma vez nos honra, neste momento, falar em nome da classe produtora, não do operário da fábrica, mas sim do cidadão que está lá no interior do meu Município, que está lá no interior de Irati, São João do Triunfo, Campo do Tenente, da Lapa, cidadãos que ocupam de dois a três hectares na produção do tabaco.

Gostaria apenas, que ficasse bem claro que não estou aqui fazendo apologia ao fumo, sou um ex-fumante, há 18 anos deixei o hábito sem ter que fazer qualquer tipo de tratamento, qualquer tipo de medicamento para que eu entendesse que o tabagismo faz mal à saúde. No entanto, acredito que vivemos num País democrático, da livre iniciativa, onde a atividade fumageira, da produção de tabaco é uma atividade lícita. Portanto, temos que trabalhar em cima da preservação dessa atividade, extremamente rentável para o Estado do Paraná e para a Região Sul. Quando ouvimos que São Paulo baniu definitivamente, até entendemos porque São Paulo não produz um pé de fumo sequer, mas no entanto no Estado do Paraná, que representa 28% das propriedades que produzem fumo, do bolo nacional o Estado do Paraná hoje tem de 25 a 28% do fumo produzido no Brasil, ele é produzido no Paraná.

Desse volume total, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos, das mais de 800 mil toneladas produzidas de tabaco no Brasil, principalmente na Região Sul que congrega maior produção, temos no País o consumo de 113 mil, o restante é exportação.

Hoje gostaríamos de destacar que o setor fumageiro envolve vários setores, quando nós falamos só do operário que trabalha na indústria, dos 33 mil produtores que se encontram no interior, nos esquecemos que temos o setor da agroquímica, materiais de construção, máquinas e implementos, o setor de transporte que agrega muita mão de obra, postos de distribuição, fumicultores, usinas de processamento, exportação, fábrica de cigarro. Essa é a cadeia produtiva do setor fumageiro. Temos hoje, Sr. Presidente, 925 mil, isso nos três Estados do Sul, e aí nós colocamos os 28% sobre esse valor, 925 mil pessoas

envolvidas na produção do fumo, sendo da indústria 35 mil e indiretamente são produzidos 1 milhão, 440 mil empregos na produção do tabaco. Faturamento: os números são esses, nós tivemos na safra de 2007 o faturamento global de 15 bilhões, 288 milhões na produção de 821 mil, 540 toneladas de tabaco. Sendo que tributos, os tributos do Governo, 7,7 bilhões, ou seja, 51% vão para os cofres públicos, a indústria fica com 21%, ou seja, 3,2 bilhões; o setor produtivo, o fumicultor que está lá na pequena propriedade, como o meu amigo Francisco Schmidt, de Cuiupã, como a família Barbosa, da minha Campina Bonita no interior do nosso Rio Negro, como o cidadão lá da Serrinha do Campo do Tenente, esse cidadão fica, no bolo da produção, com 3,2 bilhões, ou seja, 22%. E o setor varejista com R\$ 927 milhões ou 6% desse volume, no caso do cigarro que é produzido no País.

Da distribuição dos recursos, é só lembrando que esses valores de impostos não englobam previdência social, imposto de renda, CPMF, nem taxas estaduais, muito menos as taxas municipais; estamos falando apenas do volume que são 31% desse valor dos impostos arrecadados, 3,4 bilhões de IPI, o ICMS da indústria 2,7 bilhões, ICMS do varejo 231 milhões, selo de controle 658 milhões, PIS 141 milhões, margem da indústria 16,29%, do varejo 8.45. Esses são alguns números do setor fumageiro da safra de 2007.

Hoje, no mundo, a China é o maior produtor de tabaco, com 2 milhões e 13 mil toneladas, dados relativos à safra de 2004-2005, sendo que o Brasil é o segundo maior produtor de tabaco do mundo, com 750 toneladas na safra de 2004. Em termos de consumo, a China é a maior consumidora e o Brasil cai para nono, em termos de consumo. Os maiores importadores do tabaco brasileiro são a Rússia, os Estados Unidos, a Alemanha e Países baixos. A Região Sul concentra a maior produção, Nordeste uma pequena fatia e também muito pequena a Região Norte.

Gostaria de chamar a atenção para outro aspecto, e é esse aspecto que me traz aqui hoje: defendendo o cidadão que está lá na propriedade rural, propriedades estas que vão de dois, três hectares, produzindo fumo. O Município de Piên, seu percentual de recurso é de 70.6% oriundo do tabaco. Em São João do Triunfo, 71.8%; Rio Azul, 66%; Guamiranga, 77%; Paulo Frontin, 73%; Ipiranga, 70%; Ivaí, 68%. São Municípios que sobrevivem da fumicultura, sustentam suas famílias. A maioria dos produtores de fumo têm seu automóvel, está conseguindo que seu filho tenha um grau de estudo melhor, está conseguindo ter uma casa de alvenaria. Mais de 57% dos produtores têm casa de alvenaria com seis, sete peças ou mais. Esse é o quadro de um setor produtivo. E estão fazendo uma campanha, quase que difamatória contra esse pequeno cidadão que está no interior e que está assustado. Ele está pensando em vender a pequena propriedade e vir para a Cidade, porque ele não tem o que fazer. Com sua pequena propriedade ele vai produzir soja, milho? Não terá a mesma rentabilidade que o tabaco rende hoje.

Inclusive a indústria fumageira é vigiada de perto pela ANVISA em relação a todas as substâncias tóxicas ou não produzidas do tabaco.

Gostaríamos que essa atenção fosse dada. O que fazer com esse pequeno produtor? Que começasse já o trabalho dos Srs. Deputados para ver o que faremos com esse pequeno produtor. Se ele vier para a Cidade não tem a qualificação necessária para ocupar uma vaga na indústria, num restaurante onde exige uma alta qualificação, num bar, um garçom. Esse cidadão, hoje, está ameaçado de realmente perder seu emprego. Então, o que está sendo feito, hoje, eu diria até que é uma campanha quase que de terrorismo em relação ao pequeno produtor. O que precisamos é informar corretamente a respeito dessa questão.

Gostaria de realçar aqui tudo que já foi dito e dizer, inclusive às autoridades do setor sanitário e de saúde que estão aqui o seguinte: na minha Cidade não encontro restaurante que permita um cidadão que fume sentar ao lado de um não fumante e exercer seu direito de fumar. Nenhum restaurante da minha Cidade, hoje permite você fumar. O cidadão, hoje, está consciente. Como o Vice-Presidente da Associação de Hotéis e Restaurantes disse, não só na minha Cidade, como também aqui em Curitiba e em outras Cidades, o fumante está cada vez mais consciente. A alta publicidade que se fez ao longo do tempo faz com que o cidadão, hoje, esteja consciente. Não tem amigos que, hoje, fumem perto de mim. Quando vão fumar se afastam, se retiram dos ambientes, vão para a calçada, para as ruas, se retiram. Nem dentro de casa, hoje as pessoas estão exercendo esse direito.

Não estou fazendo aqui, como eu disse, a defesa do uso do tabaco. Sou um ex-fumante e não recomendo que fumem. No entanto, estou na defesa do pequeno produtor de alguns Municípios que citei. Só lembrando que são 173 Municípios do Estado do Paraná, com essas características de pequena propriedade, produzindo fumo.

Então, senhores trago aqui essa mensagem da preocupação que temos em relação aos pequenos produtores. Hoje, esses cidadãos estão agregando, alguns estão conseguindo ter uma agregação de valor maior, uma pequena granja. Sua estufa e uma granja de frango. O suíno, hoje, nem se fala, mas principalmente o frango. No entanto, aquele que está só na atividade da produção do tabaco, está extremamente preocupado com o que ele fará daqui para frente se continuar essa campanha que está se fazendo contra a produção do tabaco.

Vamos, realmente, ter a consciência de que as pessoas têm seus direitos preservados.

Era isso, Sr. Presidente. E mais uma vez nosso agradecimento. É uma honra estar aqui nos pronunciando.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Rodolfo Soares, Diretor de Assuntos Técnicos da Associação Brasileira de Gastronomia, Turismo e Hospedagem - ABRESI.

## **Sr. Rodolfo Soares**

O SR. RODOLFO SOARES

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade, represento a área técnica da ABRESI. Há 10 anos, a ABRESI entendeu que esse era um assunto sensível aos seus associados e resolveu investir criando uma estrutura para desenvolver tecnologia de modo a tentar resolver essa questão. Na verdade, não somos nem a favor e nem contra o cigarro. O nosso objetivo, o nosso desafio sempre foi buscar soluções técnicas. Essas soluções firmam desenvolvidas e estão instaladas em diversos lugares do Brasil, inclusive lá fora. São empresas que fizeram parceria com a ABRESI, desenvolveram e patentearam essas tecnologias e já exportaram para a Inglaterra, Espanha, Argentina, Venezuela, enfim, diversos Países.

O que não entendemos é que se existe tecnologia que contribui para que possamos ter espaço para fumante e não fumante, por que não permitir? Se a questão é proteger os não fumantes, um ambiente reservado para eles, com tecnologia apropriada, protege esses não-fumantes e dá direito aos fumantes de fumarem com dignidade.

Vou contar duas situações dentre diversos locais, aqui no Brasil, que têm essas instalações com essa tecnologia. Uma no Rio de Janeiro, no Azurra, na Barra da Tijuca, que é um restaurante que investiu nessa tecnologia. Foi contratado o IPT de São Paulo, um instituto absolutamente de prestígio e independente, para ir ao Rio de Janeiro e fazer todas as medições da qualidade do ar interno desse restaurante. O curioso para nós é que no restaurante, apesar de todos estarem fumando, a qualidade do ar testado lá dentro foi melhor do que o da avenida das Américas. E olha que não estou falando de uma avenida Paulista, por exemplo, estou falando da avenida das Américas, na Barra da Tijuca, que é um bairro com a natureza muito abundante.

Outro caso foi em Joinville, no Shopping Müller, que também foi proibido, através do Ministério Público. O shopping recorreu e foi dado a esse shopping, ao Shopping Müller, 90 dias para construir uma área para fumantes, com o compromisso que, após a construção dessa área, fosse contratada uma universidade local para verificar a qualidade do ar dessa área para fumantes e da área ao entorno. Caso os resultados não fossem positivos, o shopping desmontaria essa área. Isso foi feito. O Juiz concedeu. A obra foi feita. Os laudos foram feitos. E a área está lá até hoje funcionando perfeitamente. Ou seja, tudo isso não é a ABRESI, é o IBT de São Paulo, o INB (sic) de Brasília, a Universidade Federal de Joinville, quer dizer, órgãos completamente independentes.

Então, mais uma vez, eu gostaria de frisar o seguinte: a ABRESI não é a favor de cigarro. Ela não consegue entender por que já quer o principal objetivo dessa lei é proteger os não-fumantes e, se os empresários estão dispostos a investir em tecnologias e espaços absolutamente reservados, não conseguimos entender por que não permitir isso. De qualquer forma, esses laudos existem

para quem quer conhecer, ver e analisar. Volto a repetir, o INB (sic) de Brasília, a Universidade Federal de Joinville, o IPT de São Paulo. Enfim, diversos órgãos absolutamente independentes. E para quem quiser ter acesso, basta nos procurar que nós enviaremos, sem o menor problema. Agradeço a atenção.

Muito obrigado.

(Aplausos)

## **Interpeladores:**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero, neste momento, abrir a palavra aos Srs. Deputados, que queiram se manifestar e que seja efetivamente a respeito do tema discutido nesta tarde. Se quiserem fazer alguma pergunta a algum dos oradores ou apenas expressar, ou apenas fazer a sua manifestação, o momento efetivamente é agora.

Com a palavra o Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

## **Deputado Stephanes Júnior**

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, até para colaborar com o que estamos tratando hoje. Sou Membro da Comissão de Saúde e hoje tivemos uma reunião onde pedi vistas a esse projeto, já que o Deputado Tadeu Veneri havia feito um parecer, e eu quero incluir nesse projeto, novamente, para votarmos, em plenário, a permissão para que o estabelecimento comercial, que quiser, possa construir uma área isolada e com boa exaustão para as pessoas que fumam.

Quando fiz esse projeto originalmente, em 2007, não havia ainda a lei do Serra que proibiu totalmente o fumo, eu respeitava as tabacarias, respeitava a questão dos presídios e também até a questão do terreiro, porque normalmente o pai-de-santo fuma não entrava nesse assunto. E permitia essa área que talvez 10% a 15% dos estabelecimentos venham a fazer, por quê? Porque mesmo eu querendo restringir o fumo, na época eu era o vilão, porque eu estava restringindo, era a lei mais dura proposta no Brasil, eu respeitava liberdade do outro, porque acho que estamos radicalizando e criminalizando o fumante. Já que fumar no Brasil não é crime, você permite que se plante, você exporta, cobra impostos, é uma cultura milenar. Eu respeitava o direito do fumante. Não queria ir com a minha filha e encontrar cinza, cigarro, fumaça e nem ter problemas de saúde. Isso eu resolveu no meu projeto de lei original.

Mas, no projeto que iríamos votar esta semana, se eu não tivesse pedido vistas, não contemplaria nem a votação no plenário a discussão do tema, porque essa emenda que permite essa área não estava contemplada no substitutivo feito pelo Deputado Reni Pereira.

Então, por isso pedi vistas hoje na Saúde para recolocar a emenda para que possamos votá-la em plenário. Quero avisar, tenho três dias para fazer isso, quero ser o mais rápido possível, mas de qualquer maneira a questão jurídica dada como sugestão não foi abordada. Vamos ter hoje aqui as pessoas dos segmentos: do SindiHoteis, do Sindicatos dos Bares e Restaurantes, dos plantadores, das pessoas que são do Paraná e que plantam fumo. Amanhã vamos ter o pessoal da Saúde.

É importante um jurista vir aqui para dizer da garantia da liberdade individual, porque hoje o fumante vai ser criminalizado. Defendo a lei, como o Aécio Neves acabou de aprovar, em Minas Gerais, aonde se permite essa área.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas para esclarecer o Deputado Stephanes Júnior que nós, na quarta-feira, vamos votar em 1ª discussão, portanto a constitucionalidade, e aí sim é o momento para se discutir.

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Tenho três dias. Não tem que voltar para a CCJ, porque há duas emendas novas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não. Deixamos mais ou menos combinado. V. Exa. pode pedir vistas na Comissão de Saúde, conforme combinei com o Presidente da comissão, por 24 horas. E, posteriormente, votaríamos a constitucionalidade. Vamos ouvir as partes, discutir bem essa questão, para não podermos jamais, em momento algum, alegarmos que votamos algo com desconhecimento de causa. Há a total discussão. Já tivemos Audiência Públicas promovidas pela Comissão de Saúde da Casa. O Secretário da Indústria e Comércio tem todas as condições de dar o seu parecer. O Deputado Tadeu Veneri já proferiu o seu parecer e entregou à Comissão de Saúde. Então, estamos prontos para podermos votar. Nada nos impede que votemos a inconstitucionalidade seja no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, ou seja aqui.

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, pelo Regimento, quando faz emendas novas, uma delas é a que obriga o Governo a fornecer a medicação para as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada impede que em 2ª discussão venha essa emenda.

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Ela foi feita, agora, na Saúde, e tem que voltar para a CCJ, para avaliar se essa emenda é correta ou não. Esse é o trâmite regimental. Tenho três dias, pelo Regimento, para ficar com o projeto.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Dizer que temos um acordo, nesta Casa, com a Liderança da Oposição, em relação ao regime de urgência. Quando os acordos são feitos, para o processo de votação, sabemos que temos um rito a ser seguido aqui. Posso, se houver qualquer tentativa de não respeitar o acordo que foi formulado, hoje mesmo apresentar em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não haverá necessidade disso. Tenha a certeza, Deputado Romanelli, que vamos seguir o rito normal. Não haverá necessidade nenhuma de regime de urgência, ou coisa parecida, porque há tempo estamos discutindo a matéria.

Concedo a palavra ao Deputado Ney Leprevost.

### ***Deputado Ney Leprevost***

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente Nelson Justus, gostaria de informar que hoje aconteceu a reunião da Comissão de Saúde. Pedi para o Dr. Batista, já que tive um imprevisto, que a presidisse na tarde de hoje.

O parecer do Deputado Tadeu Veneri chegou às minhas mãos, na última quinta-feira, conforme lhe informei por telefone no mesmo dia, o senhor estava aqui na Casa.

O Deputado Stephanes Júnior pediu vistas ao projeto. Regimentalmente, ele tem direito aos três dias. Entendo que nada nos impede de conversarmos, eu, o senhor, os Deputados Stephanes e Romanelli, todos os interessados, para vermos a possibilidade do Deputado Stephanes devolver esse projeto, ao invés de em três dias, talvez em 48 horas, na quarta-feira pela manhã, para que à tarde possamos votar. Acredito que o diálogo franco que existe entre nós todos poderá resolver o problema.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esse é o acordo que fiz com V. Exa.

O SR. NEY LEPREVOST

Exatamente. É verdade.

Ainda salientar algumas questões, Sr. Presidente, se me permite.

Em primeiro lugar, parabenizar o Sindicato de Hotéis, Restaurantes e Bares do Paraná e de Curitiba, aqui hoje representado pela pessoa do Dr. Jacob Mehl, a quem respeito muito, um líder classista importantíssimo, conversei na última quinta-feira com o Dr. Marco Fatuch, que é o presidente do sindicato, e ele foi muito claro ao dizer: “Olha Ney, não temos nada, absolutamente nada contra a restrição ao cigarro.” Eles também são favoráveis à restrição.

E mais do que isto, me disse o Dr. Marco Fatuch, Presidente do SindiHotel: “Somos, inclusive, contra a existência de fumódromos.”

Portanto, em nada, em absolutamente nada diverge a posição deste Deputado, que tem sido um atuante defensor da Saúde Pública nesta Casa, com a posição do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares.

A única coisa que eles pedem, e isto entendo que devemos analisar até a próxima quarta-feira - amanhã teremos aqui a oportunidade de ouvir as autoridades da área de Saúde - é que ao invés do fumódromo, seja possível, nos restaurante, nas casas noturnas, existir uma área isolada, completamente isolada e arejada, para que aquelas pessoas que são dependentes químicas - porque a pessoa que fuma não é um bandido, não é um criminoso, o fumante é um dependente químico - para que essas pessoas possam, então, ir a essa área isolada, onde nem mesmo os garçons entrariam, e lá possam fumar, não tendo que ir para a rua, para a calçada, sujar as calçadas da Cidade, como está ocorrendo em São Paulo, e nem correrem o risco de serem assaltados, porque o Poder Público brasileiro, hoje, com toda razão, quer restringir o cigarro, mas o Poder Público, e isso não é privilégio do Paraná, e em todo o Brasil, se mostra incompetente para conter a violência, a criminalidade, os assaltos, os sequestros, os assassinatos que acontecem em todo o País.

Esta é uma questão. Segunda questão: gostaria de lembrar que esta Casa aprovou, ano passado, um projeto de minha autoria que proíbe o fumo em eventos e em comércios destinados ao público infantil.

Não estou vendo fiscalização rigorosa em relação a isto. Outro dia estive em um aniversário de criança em um buffet infantil aqui em Curitiba, e havia pais irresponsáveis, três, quatro pais, tomando cerveja lá no canto e fumando na frente das crianças.

Então, quero aproveitar aqui para cobrar da Vigilância Sanitária, da Secretaria Estadual da Saúde, da Secretaria Municipal da Saúde, que cobrem o cumprimento desta lei, que fiscalizem esta lei.

Uma outra questão que quero colocar aqui, Sr. Presidente, no ano passado apresentei dois projetos antitabagistas - um deles proibindo o fumo em carros onde houvesse crianças - na CCJ, inclusive alguns Deputados que hoje se posicionam como antitabagistas disseram que o meu projeto era ilegal, porque mexia com legislação de trânsito. Eu não vejo como mexe com legislação de trânsito o fato de proibir alguém de fumar em um carro que tem crianças. Quer dizer então que se assassinarem alguém dentro de um carro, o assassino não pode ser preso porque matou dentro do carro. Não, é problema do DENATRAN, não é problema nosso. Não é assim que as coisas devem acontecer.

Um outro projeto que apresentei e que foi considerado ilegal nesta Casa, proibindo a venda do cigarro para menores de 16 anos - hoje o jornal Gazeta do Povo traz uma matéria de página inteira, mostrando que tem menores de 16 anos comprando cigarro livremente na Cidade de

Curitiba - ora, estamos fazendo uma legislação antitabagista, vamos fazer uma legislação correta, perfeita, que coíba estes abusos, e não fazer uma legislação que pareça uma perseguição aos donos de hotéis e restaurantes. Eu sou a favor das restrições, sou a favor do debate que está tendo aqui, mas entendo que o Governo também tem que cumprir a sua parte.

E para concluir, quero lembrar que eu e o Deputado Tadeu Veneri já preparamos, já está pronta e assinada uma emenda para que o Governo do Estado também tenha que fazer, a exemplo do que o Governador Serra vai fazer em São Paulo, o fornecimento gratuito de remédios e o tratamento gratuito na rede pública para fumantes que quiserem abandonar o seu vício. Já que é para copiar a lei de São Paulo, vamos então copiá-la na íntegra, com o ônus e o bônus para o Governo do Estado.

O Governo quer proibir o fumo em áreas que são utilizadas por várias pessoas, muito bem, mas o Governo que se responsabilize por tratar aquelas pessoas mais carentes que querem deixar a dependência química, e que hoje não precisam sofrer para isso, porque existem remédios de Primeiro Mundo e existem tratamentos psicológicos e psiquiátricos para ajudar essas pessoas.

Obrigado, Sr. Presidente e minha saudação aos amigos de Rio Negro, essa bela Cidade do Paraná, que hoje prestigiam a Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

## ***Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, caros visitantes.

Estamos chegando num momento de tomarmos uma decisão e, falo aqui para que os colegas Parlamentares comecem a raciocinar em cima do projeto que vamos votar, porque ele tem dois posicionamentos que não conciliam: de um lado a questão da saúde que é inconciliável com o cigarro, com o fumo; de outro lado a questão social que mexe com 33 mil pequenos agricultores que sobrevivem desta atividade. E nós, eu falava há pouco com o Presidente Nelson Justus, vamos ter que tomar uma decisão. É natural, jornais da Capital já fizeram uma pesquisa com os Parlamentares, já deixei meu posicionamento claro, mas me parece que entre você votar favorável este projeto ou contrário, há algumas considerações como legisladores, que remos que fazer.

Talvez a primeira consideração que tem que ser feita e analisada pelo próprio Governo, Deputado Romaneli, e não apenas pelo Governo do Paraná, pelo Governo de São Paulo, eu ouvi o Governador José Serra falando sobre esta questão com tanta propriedade, com tanto conhecimento. Fiquei contente de ver que um homem, que é o Governador de São Paulo ficar uma hora falando desse assunto, não tratou de política, isso nos



deixa satisfeitos, num momento em que as pessoas não sabem ver um microfone e não falar em política. Falando da questão de saúde vamos ter que tomar uma decisão, Deputado Nelson Justus, se V. Exa, colocar para nós votarmos nós teremos 33 mil pequenos agricultores que sustentam suas famílias em cima dessa atividade. E as pessoas vão dizer: “Rossoni, como é seu voto?” Meu voto desagrada muita gente, o meu voto é favorável à lei.

Mas, quero apontar aqui um equívoco do Governo ou dos Governos que querem proibir o fumo, o fumar, melhor dizendo, será que não poderíamos já há 10 anos atrás, há 15 anos atrás, termos construído um projeto de apoio aos pequenos agricultores? Será que não poderíamos ter substituído esta atividade que faz mal à saúde inclusive do pequeno agricultor que trabalha nesta atividade? Porque o agricultor não está trabalhando nesta atividade, ele trabalha porque é a única solução para sua família, para sua subsistência, para que ele possa continuar morando lá na sua propriedade. E infelizmente, temos que aqui votar um projeto que poderá prejudicar ao longo do tempo, não será amanhã, se votarmos aqui proibindo o uso do cigarro, ou do fumo, não vai prejudicar amanhã.

Disse muito bem aqui meu companheiro tucano, Presidente da Câmara de Rio Negro, de que o que é plantado no Paraná é exportado para o mundo. Mas, então qual é o meu posicionamento, porque não são os brasileiros que compram o fumo? Mas são seres humanos que estão comprando o fumo. Então, se nós analisarmos esta questão, se formos votar sob a luz da razão de quem quer bem o ser humano e quem quer a saúde, temos que votar favorável ao projeto. Mas temos que apontar firmes, mas com muita dureza, com muita determinação para todos os Governo. Não estou fazendo crítica ao Governo de hoje que Governa, mas poderíamos ter pensado há 10 anos atrás, começarmos a dar assistência ao pequeno agricultor, apontarmos soluções para os pequenos agricultores. E não adianta atribuírmos a culpa a outros, vamos atribuir esta culpa a nós mesmos, nós temos que apontarmos a solução. E não fizemos, os Governos não fizeram.

Vamos buscar aqui qual é o programa que está voltado para o agricultor. Ora, todos sabemos, quem trabalha em qualquer setor da nossa economia, ele vive do quê? Dos recursos que ele ganha do seu trabalho. Se você apontar para o pequeno agricultor uma saída para que ele possa dar atenção e melhores condições à sua família, nós não precisaríamos estar aqui aprovando nenhuma lei. Mas, infelizmente não apontamos o caminho e temos aqui que, aprovada esta lei, votando esta lei ficamos com uma responsabilidade muito grande, Deputado Reni e principalmente Deputado Romanelli que lidera a Bancada do Governo: qual é a solução para os pequenos agricultores? Qual é o programa que nós vamos instalar, apontar qual o caminho que vamos indicar para os pequenos agricultores? Porque, a cada dia que passa, aumenta a dificuldade desse pequeno agricultor, que se abraçou

nesta atividade para salvar a subsistência da sua família, se não apontarmos o caminho. E quem tem que apontar o caminho, a solução econômica é o Governo. O que é que o Governo está fazendo pelo pequeno agricultor? “Ah! Ele esta financiando tratores solidários.” Ótimo! Mas qual é a atividade que vai render condições para que esse pequeno agricultor possa subsistir dentro da sua propriedade? Não estamos apontando, porque as regiões são diferentes as propriedades são diferentes, cada uma tem uma características, em cada um pode ser implantada uma maneira de agir.

Então, o pequeno agricultor vive hoje uma grande dificuldade, que é a questão ambiental. Nós aqui temos medo de discutir a questão ambiental, que atinge o pequeno agricultor, porque um pequeno agricultor que tem 20 hectares e que tem que cumprir a Lei Ambiental, ele não tem como viver em cima da sua propriedade e tirar de lá o sustento.

Então, quero cumprimentar aos senhores que estão aqui, estão nos chamando a votar uma lei importantíssima para a saúde dos paranaenses e dos brasileiros. O Brasil vai votar essa lei, daqui a pouco é o Congresso Nacional que vai votar uma lei, que vai valer para todo País. Não adianta fugirmos disso. Agora, temos que cobrar, o mais rápido possível, qual é a saída para aquele que vive desta atividade.

Era esse meu posicionamento, Presidente, porque estou vendo que a mobilização na nossa sociedade é muito grande. Os favoráveis e os contrários, mas principalmente os pequenos agricultores, em torno de 33 mil, que temos que apontar um caminho que dê consistência financeira para a sua atividade agrícola na sua pequena propriedade.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Luiz Eduardo Cheida, depois os Deputados Plauto, Marcelo Rangel, Reni Pereira e Ademar Traiano.

Quero deixar claro que se algum Deputado quiser fazer alguma pergunta a alguns dos oradores que nos honraram com a sua presença hoje, vamos limitar o tempo de cada Deputado em 10 minutos.

### *Deputado Luiz Eduardo Cheida*

#### O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, queria fazer um comentário breve. Acho que quanto a essa questão desse projeto, estamos fazendo tempestade em copo d'água. Acho que a discussão sobre o fumo tem o mérito de colocar o dedo numa questão social que é das mais sérias no Paraná.

Não há dúvida, o Paraná é o segundo maior Estado do Brasil na produção de tabaco. O Brasil é o segundo maior produtor do Mundo, perdendo apenas para a China e para a Índia. Essa questão não pode ser desconsiderada, estamos falando do segundo produtor nacional.

Acho que foram ditas algumas coisas aqui que preciso que sejam contestadas. Por exemplo, por mais grave que seja o impacto nos fumageiros, não se pode justificar o vício que mais mata no mundo, que é o cigarro, com a questão da conservação do emprego. Teríamos que justificar, por exemplo, a produção de cocaína lá na Bolívia, para preservar o emprego dos cocaleiros (sic) e tantas e tantas situações similares.

Uma segunda questão, que acho que é preciso aqui colocar, é o impacto que a lavoura do fumo tem na saúde de quem produz o fumo. Não sei se os Deputados sabem, mas essa é a mais terrível e mortal forma de agricultura que existe no planeta. Há comprovadamente um aumento de câncer de cérebro em crianças de até 10 anos de idade, maior que as estatísticas de todos os outros lugares no Paraná, na região produtora de fumo. Suicídio de jovens adultos, é maior o percentual do que qualquer outra região. Tremores, onde o agricultor não pode, na época da safra, segurar uma cuia de chimarrão, porque ele treme tanto com problemas neurológicos centrais, que ele não consegue muitas vezes segurar o garfo, a colher. Sangramentos digestivos, sangram pelo nariz, pela boca, pelo ânus. Tem sangramentos bastante frequentes e sérios. Hipertensão arterial, aumento da pressão arterial. Como disse aqui, suicídio de jovens adultos, porque há cerca de 20 tipos de produtos diferentes aplicados durante a safra que dão uma euforia brutal em algumas pessoas, seguido de rápido rebaixamento do seu humor, rápida depressão. Para aqueles que têm personalidade suicida, uma súbita euforia com rápida depressão do humor é a chave que coloca em ignição, em partida, a tentativa de tirar a própria vida. Isso e outras coisas que poderíamos debater aqui acontecem com o produtor de fumo, seus filhos pequenos e seus jovens filhos.

Claro que essa discussão, portanto, tem um mérito de apontar para um problema social e dever ser, claro, debatido no momento certo, da maneira certa.

Agora, querer dizer que proibir o cigarro no boteco, no bar, vai acabar com a vida de 30 mil fumageiros, é uma estupidez muito grande. Perdoem-me aqueles que defendem isso. Porque é claro que o impacto não é direto, não é dessa ordem, nem dessa magnitude.

Então, colocando os pingos nos is, é preciso colocar as questões nos seus devidos lugares. Vamos debater a questão certa na hora certa. O cigarro é o problema que mais mata no mundo. Tirando inclusive crack, coca e outros tipos de problemas, e tem que ser tratado dessa maneira.

Não vamos misturar a questão da produção para saber se proibimos ou não o cigarro no Paraná, porque estaríamos dando um exemplo péssimo de preparo técnico para discutir essa questão.

Era isso.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

## ***Deputado Plauto Miró***

**O SR. PLAUTO MIRÓ**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. visitantes. Escuto esse debate já há algum tempo e, aqui no Estado do Paraná nas últimas semanas, temos ouvido as posições de vários segmentos de um lado a favor do projeto e de outro questionando a forma como esse projeto veio a essa Casa. Emendas que foram apresentadas ao projeto e gradativamente vamos formando uma opinião.

É importante o debate, importante ouvir os dois lados. Como representante dos Campos Gerais, tenho como base eleitoral já em alguns mandatos o Município de Ipiranga, o Município de Ivaí, também no Município de Imbituva.

Por ser produtor rural, tenho um apoio numa boa parcela do segmento dos produtores. Junto a eles por inúmeras vezes, estive reunido em momentos que se questionavam o valor que vinham recebendo do fumo. Mas nunca ouvi os pequenos produtores, dizerem que não era uma boa fonte de renda na sua pequena propriedade.

Fiz uma conta rápida, temos no Estado do Paraná 65 mil hectares de plantio de fumo. São informações que nos passaram, o próprio Osvaldo produtor de fumo e Presidente do Sindicato deixou claro que tem 33 mil produtores. São 65 mil hectares para 33 mil produtores. Se dividirmos ele vai dar uma média de dois hectares por família por produtor. É uma área pequena, sendo que de outra atividade de uma área desse tamanho não se consegue tirar uma renda para poder sobreviver da sua propriedade.

Esse é um sério problema que iremos enfrentar no decorrer do tempo, porque a tendência no País é de fazer com que se proíba o uso de fumo em todos os locais, e uma lei dura como essa, que veio à Assembleia Legislativa, direciona para esse caminho.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. visitantes, temos uma emenda que foi apresentada que deixa autorizado que, o estabelecimento possa ter uma área restrita para fumantes. Acho que é uma posição um tanto quanto equilibrada, porque no momento que se isola os fumantes das demais pessoas que frequentam um determinado ambiente, ele vai fazer com que as pessoas que estão ali não venham a ser afetadas pela fumaça do cigarro.

É uma situação que está sendo debatida na Assembleia Legislativa, está nas comissões, há pareceres que estão sendo dados e os lados estão sendo ouvidos. Preocupa-me é saber o número de produtores rurais, e falo aqui como produtor, não somos produtores de fumo, mas plantamos o milho, o trigo, a soja. Sei que uma área tão pequena e que os pequenos proprietários, a grande maioria plantam fumo, se não tiver uma atividade rentável ele vem para a Cidade - porque ele vai ter que vender a sua propriedade pois não consegue tirar a renda suficiente dela - atrás de novas alternativas de vida nas grandes Cidades, causando os sérios problemas que todos nós sabemos.

Temos que encontrar um ponto de equilíbrio. Agora quero dizer, o fumo faz mal, o fumo mata. Como os profissionais da área da Saúde aqui deixaram. Mas, num projeto como este, que o Governo do Estado do Paraná encaminhou a esta Casa, que depois de discussões recebeu uma emenda possibilitando uma área restrita aos fumantes, dentro dos estabelecimentos, acho que é uma emenda equilibrada. E devo eu votar a favor desta emenda, a favor da proibição, inclusive para fazer com que o setor que trabalha, os restaurantes, bares, possam ter suas atividades sendo exercidas dentro do Estado do Paraná sem sérios prejuízos.

É esta minha posição e a maneira como devo votar na quarta-feira, quando este projeto vier a plenário, com a emenda aqui apresentada. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Concedemos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

### ***Deputado Reni Pereira***

O SR. RENI PEREIRA

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, nossos convidados.

Na verdade, como o Deputado Luiz Eduardo Cheida falou, existe uma tempestade num copo d'água. E costumeiramente, nesta Casa, adianta-se já o mérito, antes das formalidades da lei.

Quando aceitei relatar estes projetos, são três de autoria de Parlamentares e um de autoria do Executivo, reportando a uma solicitação do Ministério Público do Estado do Paraná, procurei fazer, no âmbito da CCJ, um substitutivo, na única maneira que pode existir uma lei estadual. O que se vende é que o Estado do Paraná estaria proibindo. Não poderia uma lei estadual. O Estado, a lei estadual, só pode legislar no aspecto da proteção à saúde e da defesa do consumidor.

Neste caso, o que se vende é que esta lei vai prejudicar bares, restaurantes, produtores de fumo, indústrias tabagistas, na verdade tudo isso é o mérito. Os 54 Deputados, depois de cumprirem todas as formalidades da Comissão de Saúde, da Comissão de Defesa do Consumidor, da CCJ, vão se pronunciar no mérito. Se eles querem colocar na balança uma lei cujo objetivo não é proibir, mas regulamentar de uma maneira que não haja um prejuízo à saúde dos fumantes, uma lei que respeite os direitos dos consumidores que não fumam, de ter resguardado o ambiente, e do outro lado tem o equilíbrio de tudo aquilo que aqui os defensores - e não são lobistas - os defensores de bares, restaurantes, que eu acredito, é uma convicção que tenho, que não haverá prejuízo para esses segmentos, por quê? Porque a pessoa não vai deixar de frequentar um bar, um restaurante, qualquer lugar, porque não poderá mais fumar num local público. Agora, todas estas argumentações, vai para a rua, tem insegurança, o Estado não dá outras condições e já estamos no mérito.

Em relação à indústria e aos produtores, eu também acredito que, num curto espaço de tempo, entre cinco e oito anos, não haverá uma diminuição substancial. Tomara que com esta lei diminuísse pela metade o consumo de cigarro no Paraná, mas não vai diminuir. Gradativamente, isto que estou falando, não tenho este conhecimento técnico, mas na Comissão de Saúde houve os dois lados. Se pronunciaram. Lembro as palavras da Sra. Helene, que é Diretora da Secretaria da Saúde, que falou em relação aos fumódromos, que não há uma comprovação de que os fumódromos não agravam a saúde do próprio fumante.

E aí, a questão técnica da CCJ é aceitar ou não o fumódromo, que ninguém tem coragem de dizer que é um local para fumar, é ambiente reservado, é fumódromo, é para ir ali fumar. Ninguém quer assumir esta paternidade da palavra fumódromo, por quê? Porque sabe que fumar faz mal à saúde.

E esta lei, no aspecto da CCJ, técnico - não é mérito - se ela acolher o fumódromo sem uma comprovação de que não haverá um agravamento da saúde do próprio fumante, que vai ali consumir um cigarro, aquela fumaça que ele inala, que não passa pelo filtro, é uma lei inconstitucional, porque está infringindo o princípio constitucional da igualdade. Não podemos fazer uma lei estadual para proteger os interesse de saúde só de quem não fuma. Porque ao dizermos que o fumante vai lá no fumódromo e fuma, se houver uma comprovação técnica de que nesse fumódromo - comprovação que pelas palavras da Diretora da Secretaria da Saúde não existe - não haverá um agravamento da saúde do fumante. No aspecto técnico pode-se acolher o fumódromo no projeto de lei, mas tem que haver uma demonstração técnica, porque senão vamos fazer uma lei preconceituosa, uma lei para defender somente quem não fuma, porque esses já vão estar amparados no que diz respeito a não poder mais fumar em um local de uso comum e também no que diz respeito à defesa do consumidor.

Então, com o devido respeito aos fumicultores que aqui estão, entendo que é preciso termos mecanismos, mas não será o fim do mundo, pelo menos em quatro ou cinco anos. Na sequência, em médio ou longo prazo, entendo que essa lei só vai vigorar se houver um senso comum, um entendimento comum de que você pode fumar, sendo que é algo lícito e o Estado inclusive tributa o cigarro, mas você tem que fumar em local aberto ou em casa. Se esse imaginário comum for construído, segundo as informações a maioria dos fumantes adquirem o vício durante a juventude e a adolescência, aí ele vai na balada e, não podendo fumar, ele não terá o estímulo.

Então, em cinco ou 10 anos haverá, sim, uma diminuição do consumo, mas até lá é tempo mais do que suficiente para que os fumicultores do Estado do Paraná, através do Estado e das Prefeituras, tenham uma alternativa de renda para substituírem isso. Agora, tudo isso é mérito e o mérito vamos discutir aqui depois de cumpridas as formalidades, e a formalidade é a 1ª discussão.

Por isso muita gente fala: “Ah, esse substitutivo é Xiita. Não, não é Xiita, mas é a única maneira de existir uma legislação estadual, porque se começarmos a dizer como deve ser o funcionamento de um bar ou restaurante, estamos entrando no Código de Postura, que é de competência municipal, e se proibirmos as pessoas de fazerem uso do cigarro, estamos invadindo uma competência federal, que não é do Estado. O Estado só pode legislar na proteção da saúde e também em relação aos direitos do consumidor, e nesse aspecto a palavra fumódromo, ou ambiente restrito, tem que comprovar que não haverá um dano maior à saúde do próprio fumante.

Então, gostaria de deixar isso bem claro, Deputado Ney Leprevost, V. Exa. que fez a Audiência Pública na Comissão de Saúde, inclusive debatendo os interesses que estão envolvidos na questão, que é um dilema. Tenho certeza de que existe um grande ponto de interrogação na votação, porque mesmo os Deputados da base Governista não seguirão a orientação do Governo. Essa será uma daquelas votações em que todos os Deputados vão se convencer por si só. Eles vão ter que colocar na balança se querem essa lei ou se essa lei tem que ser abrandada, pelo interesse tanto dos fumicultores como da indústria tabagista e da arrecadação. E todos os Deputados merecem ser respeitados nas suas decisões, porque quem os colocou aqui não foi o Roberto Requião, ou o derrotado Osmar Dias, mas quem nos colocou aqui foi a população e somos representantes. Agora, todos os Deputados terão que prestar contas dos seus votos no ano que vem e aí teríamos que ouvir não uma pesquisa interna da opinião de cada um, mas a opinião da população do Paraná, do que ela quer que seja votado em termos de legislação para o Estado do Paraná.

Então deixo bem claro que não há um preconceito em relação a ninguém aqui. Há sim, o interesse de fazermos uma legislação moderna e eficiente, que não possa ser derrubada na Justiça na primeira semana e ficar uma guerra jurídica.

Vamos tentar errar o menos possível, e errar o menos possível é legislar em cima daquilo que podemos legislar e no mérito cada um que pondere os seus valores: se quer defender o interesse público ou o interesse econômico, que possa, eventualmente, ser atingido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (*Cida Borghetti*)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Marcelo Rangel.

## ***Deputado Marcelo Rangel***

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, senhores convidados.

Faço uso da tribuna para também fazer algumas considerações que acho importantes neste momento. Respeito muito a opinião do Deputado Reni, e principalmente a

opinião do Dr. Cheida. Eles estão corretos em 99% do discurso. Mas também preciso dizer a V. Exas. e a cada cidadão paranaense que não é uma tempestade em um copo d'água. A não ser que tenhamos que avaliar que seja um tempestade no copo de cada uma das 37 mil famílias de fumicultores do Estado do Paraná. Esse é o dado oficial. Trinta e sete mil famílias representam em torno de 100 mil pessoas.

A lei que foi aprovada em São Paulo e que tem aprovação da maioria das pessoas, dos paulistanos, a mesma lei foi aprovada no Rio de Janeiro, que também tem aprovação da maioria dos cariocas, é uma lei importante. E, senhores convidados, preciso deixar registrado que vou votar a favor da lei. Também sou contra o fumo, mas precisamos ter responsabilidade. Principalmente responsabilidade como Parlamentar e orientar o Governo a assumir sua responsabilidade com cada cidadão, porque lá em São Paulo não existe a produção de fumo, no Rio de Janeiro não existe a produção de fumo, e aqui na Região Centro-Sul 65% da produção agrícola é de fumicultores.

Senhores, ontem almocei na Cidade de Ipiranga, no Descalvado, e estava conversando com um senhor chamado Nelson. E com aquele ar sertanejo, homem simpático, me disse: “Deputado, sei que nos próximos dias será votada a Lei Antifumo. Consegui me livrar dessa maldição. Não fumo mais e ninguém da minha família fuma, mas queria fazer uma pergunta para o senhor: como a minha família vai ficar se criei todos os meus filhos na lavoura?” “Se passar essa lei sem uma discussão, sem as emendas, e aqui é ponto principal desse meu discurso, porque ouvi alguns Deputados falarem sobre urgência na aprovação da lei, mas quem come apressado queima a língua. Precisamos, sim, estudar as emendas, projetos que beneficiem, que deem um alento à essas pessoas que podem ficar desamparadas no Estado do Paraná.

Existem projetos do Governo na tentativa de substituição de cultura, projetos que poderiam beneficiar os agricultores, os produtores de fumo no Estado. Nenhum desses projetos está beneficiando, está em pleno funcionamento. É hora de colocar na Lei Antifumo a emenda necessária para que esses produtores possam ter, sim, o apoio do Governo do Estado. É hora Deputado Ney, Deputado Reinhold, de analisarmos as emendas pensando em 100 mil paranaenses, porque o fumo, todo mundo sabe, prejudica o fumante, aquele que não é fumante, o passivo, é uma droga infelizmente legalizada e nunca foi proibida. Mas já que nunca o cigarro foi proibido, por que essa urgência para votar amanhã sem uma análise mais profunda nas correções que precisam ser feitas a ele!

Em 2006 quando assumi como Deputado Estadual pela primeira vez, tive a preocupação, Sr. Osvaldo, com os fumicultores do Paraná porque represento os Campos Gerais e o Centro-Sul e a minha preocupação era muito grande. Na tentativa de substituir o plantio do fumo, tentei de todas as formas outras alternativas e,

chegamos à conclusão de que o melhor seria o cultivo de frutas, a fruticultura. E buscamos em empresas israelenses a possibilidade de trazer para o Brasil o cultivo do romã que é muito importante, porque no Hemisfério Sul do planeta não existe uma cultura dessa fruta. E a indústria farmacêutica, a indústria de cosméticos está crescendo muito no planeta. E levamos ao Ministro Reinhold Stephanes por duas vezes - numa reunião com Secretários, Vereadores, Prefeitos de toda a região o pedido ao Ministro, para que ele nos auxiliasse para que pudéssemos trazer esta cultura para o País: liberação, registro, etc. Levamos uma comitiva de paranaenses: Prefeitos, Vereadores e também fumicultores para Israel, onde eles vieram que a cultura lá funciona e o lucro é muito grande. Só para ter uma ideia, podemos produzir 30 toneladas por hectare, 30 toneladas de romã por hectare. E essa empresa chamada Powertech, uma empresa israelense, demonstrou interesse, em se comprometer com a garantia da compra a 70 cents o quilo do romã. Isso poderia ser uma alternativa, mas, existe um trâmite, não está liberado no Brasil. Está lá no Ministério da Agricultura e pode demorar um, pode demorar dois anos. E o que fazer com esses fumicultores que poderão ser realmente prejudicados?

Senhoras, não sou fumante, na minha família não temos nenhum fumante. Sei que a lei é muito importante, vou votar favoravelmente à lei, mas irei apresentar várias emendas que possam dar respaldo técnico através do Programa Mutirão da EMATER, vou apresentar emendas. Temos três dias para elaborar as emendas para que os fumicultores, principalmente da Região Centro-Sul e dos Campos Gerais para que não fiquem desamparados em hipótese nenhuma porque precisam do subsídio, do apoio Parlamentar e do Governo do Estado do Paraná.

Portanto, me comprometo com cada fumicultor e com o Sr. Nelson lá do interior do Paraná, lá de Ipiranga e falar: Sr. Nelson, não se preocupe que tenho certeza que os outros Parlamentares também terão ciência do seu problema e do problema de 37 mil fumicultores, das 37 mil famílias paranaenses que realmente necessitam de apoio neste momento.

Era isso que tinha a dizer, muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Esta Presidência registra e agradece a presença entre nós do ex-Prefeito de Guarapuava, Senador que foi, Deputado Federal, Deputado Estadual, nosso grande amigo e muito querido por todos nós - Nivaldo Kruger.

Próximo orador inscrito Deputado Jocelito Canto.

## ***Deputado Jocelito Canto***

**O SR. JOCELITO CANTO**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores que nos acompanham pela televisão, e também os senhores que debateram e apresentaram a sua versão sobre esse tema tão importante.

Primeiro, parabéns à Assembleia por abrir esse debate público, colocando o posicionamento de cada Deputado, colocando os interesses que cada Deputado tem. Sabemos que tem Deputado que vai ser lobbysta nessa história, tem Deputado que tem interesse porque sempre alguma coisinha vem de lá. Vamos jogar limpo aqui, não vamos tapar o sol com a peneira, não tenha dúvida que haverá as proteções. Acho que quem fumar fuma e quem não quer não fuma, aqui na Assembleia mesmo é proibido fumar, mas até os jornalistas fumam ali atrás escondidinho, sempre tem. Todo mundo fuma, fuma, o fumo vem para cá, não sei se é bom ou não é, enfim, todo mundo fuma, os que fumam, em lugares públicos.

Temos um grande problema que é a questão que envolve os fumicultores, principalmente da região de Ipiranga, Imbituva, Prudentópolis, que é o caso dos pequenos produtores. Mas, olha, a primeira vez que eu vim ao Paraná eu deveria ter uns 10 anos, isso então há 34 anos atrás, uma primeira viagem que eu vim ali para a região do Deputado Caíto Quintana, região de Capanema, Planalto, e naquela época era muito forte a produção de fumo, não sei se ainda é, mas desde aquela época, eu era menino e já se falava dessa história do fumo: "O fumo precisa acabar, vai acabar, precisa acabar, faz mal". Passou 34 anos e o fumo continua rendendo, dando oportunidade para a sobrevivência dos pequenos agricultores, os pequenos produtores sabem que faz mal. Sofro muito, lá em Ponta Grossa quando eu estou na rádio eu sinto o problema do fumo, porque a maioria dos produtores, de manhã cedinho vão trabalhar e levam o radinho junto, e nos colocam no meio do fumo, nós estamos falando lá no meio do fumo, daí eu brinco: olha, cuidado aí que o meu pulmão não é bom.

Então, essa é a cultura que há muitos anos vem sobrevivendo no Paraná. Mas daí surgem ideias, aquelas amalucadas, que precisamos fazer coisas diferentes. Mas nós já tivemos o Osmar Dias duas vezes Secretária da Agricultura, no Governo do Álvaro e no Governo do Requião, se não me falha a memória, e o que se fez para acabar com o fumo? Sei lá. Já tivemos um homem que está sendo cotado para ser Governador, duas vezes Secretário da Agricultura, e o fumo continua lá. Os pequenos fumicultores vivendo daquilo, sabem que é perigoso mas não querem parar, por quê? Porque eles precisam viver. E aí o Governo tem feito o quê?

Olha, na região de Ipiranga, e temos o Ministro que é nosso, pai do nosso querido lobinho que está aqui, nosso querido Ministro, paranaense, conhecedor, sério, competente, conseguiu até deixar de pagar as dívidas lá dos grandes agricultores que sempre reclamavam do Lula, ele foi lá e convenceu o Lula que era preciso dar um perdão para todo mundo, e muita gente foi perdoada, até aqueles que compravam as caminhonetes e não plantavam foram beneficiados. Tem que falar aqui também. Teve muito agricultor que se ferrou, mas teve muitos que compraram caminhonete e abriram outras coisas e o Governo pagou. O povo tem que saber disso também. Mas temos o Ministro que é nosso. O que está faltando?

A Cidade de Ipiranga foi a que mais participou do Projeto Trator Solidário, que o Governo financia, subsidia, um trator que custaria 80 custa 40, muito mais barato através do Estado do Paraná. O Estado está colocando recurso lá também, mas mesmo assim os pequenos agricultores insistem em plantar fumo. Então, deixa plantarem fumo, eles sabem que faz mal. Como o fumante sabe que faz mal, mas quer fumar. Tem médico que fuma, cientista, todo mundo fuma, e sabem que faz mal.

O pronunciamento do Deputado Reni Pereira colocou muito corretamente com relação à lei. Não adianta aqui só fazer discurso, isso não resolve, já vem uma lei nacional e passa por cima de tudo. É preciso ter coerência, acabar com factóides. Os produtores vão continuar a plantar fumo, os fumantes vão continuar fumando, independente de lei. Fumam até maconha e não param. E quem é o maior fumante de maconha? É o pobre? O pobre é a mula, porque ele precisa viver. Quem fuma é o rico. Mas rico, quando é preso, não dá nada. Mas o pobre quando é preso é traficante. O pobre tem até dificuldades de dizer que é consumidor. O rico não, o rico é consumidor. Consumidor não dá cadeia, não dá nada. Agora, o pobre é traficante. Então, quem quiser fumar que fume, é uma questão de cultura, da cabeça de cada um. Vão continuar fumando, independente de lei.

Queria deixar aqui o meu depoimento, porque vão continuar fumando, independente de lei. Quanto aos pequenos produtores, não adianta fazer discurso. Estamos com a faca e a carne na mão, temos o Ministro paranaense. Se não resolvermos agora, não resolvemos mais. Acho que é muito lero-lero, muita confusão. Deixa fumar quem quiser fumar. Deixa trabalhar quem quiser trabalhar, e deixa o Paraná continuar crescendo. Vamos pensar em gerar emprego. Na questão de saúde, o cara sabe que faz mal, mas continua trabalhando. Não vamos abandonar os pequenos agricultores, até porque precisam viver. Faz mal estar aqui, porque causa gripe, faz mal ser político, pois pode ter um enfarte, faz mal andar de carro, tudo faz mal. Estamos sujeitos a tudo. Liberdade é o que mais interessa.

Os maiores democratas deste mundo, que eram os socialistas, os cubanos, faziam o quê para distrair? Charutão! Se os socialistas fumavam charuto, quem somos nós, os não-socialistas brasileiros, para deixar de fumar cigarro? Deixa o povo decidir, estamos aqui para debater. Agora, sem demagogia, sem querer tapar o sol com a peneira e sem querer inventar o que não é verdade.

É isso, Sr. Presidente. Fica aqui o meu pronunciamento.

**A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)**

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Caíto Quintana. V. EXa. tem o tempo de 10 minutos.

## ***Deputado Caíto Quintana***

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, Srs. representantes de entidades aqui presentes, telespectadores da TV SINAL.

Acredito que essa discussão, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, deva ser feita a luz da razão. Hoje mesmo ouvi pronunciamentos que fogem em determinados momentos do aspecto da discussão da presente lei. Quando estivemos na CCJ, Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, discutindo a constitucionalidade desta lei, por uma questão de formação jurídica, me absteve de votar. Tenho muitas dúvidas a respeito da constitucionalidade desta lei.

Em primeiro lugar, existe uma lei federal que proíbe fumo em espaços públicos e permite a existência de locais reservados para fumantes. Se somos capazes de com uma lei estadual, criamos uma lei diferente da lei municipal, me pergunto que autoridade nós temos nesta Assembleia Legislativa para proibir nos Municípios do Paraná - que tem o seu código próprio de posturas - proibir que um Município qualquer tenha uma lei própria que estabeleça as condições de vida do seu povo. Quando se manda fechar um bar, às 10h da manhã, se manda fazer por meio de uma lei municipal. Não é uma lei estadual e nem federal, mas sim uma lei municipal. O Município vizinho pode não ter a mesma lei. Quando se estabelece o recuo para uma construção, num Município, é uma lei municipal. Ela não é exatamente igual à de outro Município.

Sendo assim, vamos entrando na esfera administrativa de cada Município tentando, baseado numa lei municipal, contrair uma lei federal, estabelecer regras para os Municípios numa atividade que não é ilegal. O Estado pode legislar sim em cima da ilegalidade. O Estado não pode legislar em cima dos Municípios em algo que não é ilegal. Não temos o direito do livre arbítrio das pessoas. Não podemos atingir a população que queiramos ou não, tem 18% dos fumantes. Não podemos excluí-los apontando a porta da rua como quem diz: "Vá lá fora se você quiser", como você faz quando expulsa alguém de dentro da sua sala ou da sua residência.

Deputado Cheida, tenho uma administração muito profunda por V. Exa. Ouvi atentamente seu discurso sobre os malefícios do cigarro, sobre tudo que o cigarro causa, sobre as mortas que ele gera, sobre o tremular da mão de quem toma chimarrão, de quem segura uma xícara de café, sangramento pela boca, pelo nariz, mas então não podemos pôr uma lei para tirar o sofá da sala. Se tudo isso é verdade e temos o poder de interferência sobre isso, então, tínhamos que estar dando uma atividade diferenciada ao plantador de fumo, proibindo a fabricação de cigarro e proibindo a comercialização do cigarro, porque não é o fato da não-existência de um fumódromo ou de uma sala especial para fumantes que estejamos proibindo o cidadão de fumar. Então, não é uma questão de Saúde Pública é uma questão de discriminação. Sou plenamente favorável a que não se fume em recinto público. Vou mais, Deputado Cheida, como acredito que essa é uma legislação municipal, poderíamos estabelecer regras.

Quando um cidadão apresenta um projeto para a construção de um bar, de um restaurante, de uma casa noturna, de uma danceteria, de um clube, seja o que for, ele tem obrigatoriamente que apresentar um projeto de um espaço para fumantes estabelecido em lei: um exaustor a tantos metros quadrados, uma porta com uma antessala para poder abrir a outra, a não-presença de garçons, seja lá o que for, para proteger aquele que não fuma. Agora, me parece que estamos fazendo uma discriminação na sociedade. Quer dizer, a pessoa que fuma, pode comprar cigarro. Há uma lei que proíbe vender cigarro para crianças, mas todo restaurante bar, qualquer pessoa vende para criança, a lei existe. Passamos nas ruas e enxergamos as pessoas fumando crack, fumando maconha, a lei proíbe isso, é proibido, é crime, mas continua acontecendo. Agora, se não tem no Código de Processo Penal vira de ponta cabeça, não existe em lei alguma a proibição do cidadão fumar, porque isso é uma vontade pessoal, é o livre-arbítrio da pessoa, ele sabe que faz mal.

Deputado Cheida, estou referindo-me a V. Exa. porque V. Exa. é médico. Vou me impor uma condição: eu vou votar contra, eu vou votar a favor da lei que proíbe fumar em recinto público. Vou votar a favor do espaço para fumantes. E vou me propor, não sei se aguento, a parar de fumar naquele instante como incentivo a parar de fumar, para não pensarem que estou defendendo o meu ponto de vista, não. Estou defendendo o ponto de vista do cidadão. Não podemos transformar o Paraná, ou o Brasil, em uma República Islâmica, onde amanhã vamos proibir em cima do cidadão aquilo que não se proíbe na produção, na indústria e na comercialização.

Então, acho que temos que ter bom senso nisso. Hoje, veja como é ruim, em uma pequena reunião com o pessoal que defende a lei contra o fumódromo, me disseram que eu estava defendendo lobby. Deputado, tenho sete mandatos nesta Casa. Já fui líder de todos os Governos que aqui passaram. Fui relator da Constituinte do Paraná. Fui Chefe da Casa Civil duas vezes. Tenho uma vida pública que me orgulho. Nunca ninguém vai poder dizer que defendi um lobby, muito menos lobby de fabricante de cigarros, que eu nem sei quem é. Tenho na minha consciência a formação de que existe um livre arbítrio na pessoa, que o Estado, que as leis imponham, as mais rigorosas, condições para um fumódromo. Daqui a pouco alguém vai dizer: “Não, mas daí não me compensa, eu vou gastar demais.” Problema seu. Então, não vai poder ter fumódromo e não vai poder fumar.

Agora, não posso admitir e desconhecer que 18% da população fuma. Não possa admitir que uma pessoa que fuma às 3h da manhã tenha que sair de uma danceteria e ir lá, a beira da calçada, para fumar um cigarro, ficando sujeita a levar piadinhas das pessoas que passam na rua, a ser assaltada.

Então, acho que temos que ter bom senso nisso. Vamos proteger aqueles que não fumam e aqueles que fumam. E na minha casa, se fosse falar isso, os votos são

todos contra. Tenho uma pressão enorme na minha casa para eu não fumar. Espero parar com o cigarro. Mas, o fato da existência de fumódromo não vai me fazer parar. É a conscientização, é a demonstração do que faz mal, é podermos ter uma campanha publicitária.

Os Governos não são contra as fábricas de cigarro e a venda de cigarros, porque 70% dos cigarros é imposto. É por isso que o Governo é a favor.

Alternativa para os produtores de fumo, independente de termos espaço para fumante ou não fumante, temos que buscá-la. Aliás, essa é uma discussão de três anos atrás, que não prosperou. Mas essa proibição do fumo, dessa alternativa, não tem nada a ver com o fumante ou não fumante.

Preliminarmente, não iria comentar no dia de hoje. Espero manter essa discussão quando da votação em plenário. Porque acredito que antes disso é bem melhor termos uma lei que possa ser acatada por todos e seja uma interrupção, uma diminuição na liberdade de fumar, do que queremos sectariamente cortar um vício que existe, de fato. E esse cidadão que tem esse vício merece ter o respeito também da nossa comunidade.

Muito obrigado.

(Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Último orador inscrito, Deputado Romanelli, por 10 minutos.

## ***Deputado Luiz Claudio Romanelli***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sra. Presidente Deputada Cida Borghetti, Srs. Deputados, muito especialmente todas as pessoas que participam desta primeira parte desta Audiência Pública.

Hoje ouvimos aqui os representantes dos segmentos econômicos, que se veem atingidos por essa lei e também temos a presença dos representantes os movimentos de combate ao tabagismo, sejam públicos ou de instituições e entidades representativas.

Indiscutivelmente, os temas que estamos debatendo são de relevante interesse público. Porque a despeito do discurso libertário feito pelo Deputado Caíto Quintana, pessoa por quem tenho o maior respeito, temos que reconhecer que essa lei tem que ser aprovada, de forma que possa restringir o uso do tabaco como uma forma de garantir que possamos ter uma sociedade melhor do que temos hoje.

Não é possível que 200 mil pessoas por ano sejam obrigadas a morrer neste País, por conta dos interesses econômicos, seja por interesse do tabaco, que cada vez mais teve que se refugiar nos Países em desenvolvimento, para poder produzir o veneno que ela vende e comercializa. Ao mesmo tempo é falaciosa a informação em relação à fumicultura. É claro que sabemos da importância econômica, mas fundamentalmente da dependência que

também os fumicultores têm em relação à indústria tabagista. Por conta, primeiro, do modo de produção, um trabalho semiescravo, duro e infantil, associado a práticas condenadas da utilização massiva do agrotóxico.

Que se reconheça que é muito importante nos unirmos, para termos programas alternativos de substituição dessa porcaria, que infelizmente esses fumicultores obrigados, ao longo de suas vidas, a se dedicarem à produção, como uma forma de sobrevivência em regiões que sabemos economicamente deprimidas em nosso Estado.

É hora de darmos um basta de termos programas alternativos e de reconhecermos que nenhum prejuízo, lamentavelmente, a indústria do tabaco vai ter. A grande produção do Paraná é exportada para o mundo. Infelizmente, vai se continuar produzindo e exportando cigarros. Os faturamentos estão assegurados.

Vi aqui a expressão do Vice-Presidente do Sindicato dos Bares, Hotéis e Restaurante, Jacob Mehl, quase favorável ao projeto, por conta da própria reflexão que fez. Temos que reconhecer que estamos em uma fase de mudança de paradigmas da sociedade. Há 20 anos, quando alguém falava que alguém tinha que utilizar um cinto de segurança para poder transitar com um veículo, as pessoas se revoltaram: “Eu tenho o meu direito de poder guiar o meu automóvel sem utilizar cinto de segurança”. A mesma coisa foram os capacetes dos motociclistas e tantas outras que fomos mudando.

E temos que reconhecer o seguinte: a lei não pode ser permissiva. Temos que dar um sinal para a sociedade. O jovem tem que saber que quando ele vai numa casa noturna, num bar, num restaurante, é proibido fumar, sim, e as pessoas vão diminuir o vício por conta da obrigatoriedade de ter que sair na rua para poder fumar.

Esta lei não é feita, única e exclusivamente, para poder garantir aos fumantes, ou os chamados fumantes passivos, o direito de não se intoxicarem pelo vício dos outros. Esta lei é um sinal também especialmente para os mais jovens, para que eles possam ter, de fato, a alternativa de não ter que repetir gestuais e comportamentos que são ditados por conta, é claro, daqueles que os induzem a ter, de fato, um comportamento que os leva à dependência de uma droga potencialmente perigosa, cancerígena, até aqui pelas lições bem dadas pelo professor e médico Luiz Eduardo Cheida.

Não tenho dúvida que mesmo aqueles que aqui estiveram defendendo a existência do fumódromo, ou contra a lei, no seu íntimo, todos sabem o malefício, sabem que os seus filhos menores, que estão na escola, o quanto lhes cobram se alguns deles faz uso do tabaco.

Temos que reconhecer, é uma mudança conceitual na sociedade brasileira. Claro que tem muita coisa para mudar neste País, mas reconheçamos, e através de posturas, de condutas, de mudanças de paradigmas que vamos mudar a sociedade do nosso País.

Por isso penso que esta Audiência Pública foi muito importante. Amanhã vamos ouvir aqui os representantes e as representantes daqueles que combatem o

vício do tabagismo. E vocês sabem, o Paraná tem uma história de luta, foi aqui que começou a primeira campanha antifumo deste País. Não é à toa que se comemora o dia 29 de agosto como o Dia de Combate ao Tabagismo no Brasil, é em homenagem ao Paraná, por conta da luta que os antitabagistas tiveram aqui neste Estado e que continuam tendo.

Por isso, Sra. Presidente, amanhã vamos ouvir o outro lado, a outra parte. Respeitamos os segmentos econômicos, mas no fundo eu sei, cada um, claro, está preocupado com seu próprio negócio, mas não tenho dúvidas, os bares, os restaurantes, os hotéis, vão ganhar com o fim do cigarro nas suas dependências. Não tenham dúvida disto. Vai aumentar o número de pessoas frequentando bares, por conta, claro de verem-se livres de saírem com aquele cheiro terrível do cigarro, da fumaça que contamina a todos. Não tenham dúvida, este segmento vai ganhar, e vai ganhar no curto e médio prazo.

Os fumicultores têm que se livrar de produzir essa porcaria. Isto, indiscutivelmente, é um grande desafio, dá uma alternativa econômica.

E a indústria do cigarro, sinceramente, vamos utilizar esta capacidade nossa de produzir tanta coisa boa que podemos produzir, do que produzir cigarro.

O Paraná tem 10 milhões e 700 mil habitantes. Dois milhões são dependentes da porcaria do cigarro. Vamos ver se daqui a 10 anos, com esta lei que muda esse paradigma, poderemos ter um número muito menor de pessoas dependentes do tabaco.

Obrigado, Sra. Presidente, obrigado a todos. Penso que esta Audiência Pública teve o grande mérito de promover o debate e certamente amanhã vamos poder aprofundar mais ainda a discussão sobre os malefícios do fumo, do tabaco na vida das pessoas.

Era isto, obrigado.

#### O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, eu não me inscrevi, já havia terminado o prazo, mas tudo bem, amanhã vamos nos manifestar, mas só para deixar clara uma coisa: para quem ouviu o Líder do Governo se manifestar, transpareceu que quem é a favor da área reservada está incentivando o fumo, o que não é verdade. Vamos deixar claro isso para que não se confunda alhos com bugalhos.

Todas as pessoas que foram palestrantes hoje, todos são a favor da lei, ninguém se manifestou contra a lei, todos respeitaram os direitos dos não-fumantes como também todos entenderam a necessidade de ter uma área reservada que não viesse a contaminar, para que viessem as pessoas, que frequentam um local público, serem fumantes passivos. Mas para quem ouviu agora o Líder do Governo, com todo respeito, Deputado Romanelli, não posso concordar com a sua colocação de querer condenar as pessoas que defendem a lei. São a favor da lei, mas são a favor de uma área reservada. Ora, quem defende a área reservada, em primeiro lugar não está defendendo o incentivo ao fumo, pelo contrário.



O Deputado Caíto Quintana foi claro nisso: Eu sou um fumante e quero mostrar que eu vou parar de fumar.”

Quer dizer, não vamos começar a querer jogar daqui para lá. Não existe nada disso aí, vamos com muita cautela, com muito equilíbrio, Deputado Romanelli, ouvir amanhã o pessoal da Saúde, depois de amanhã vamos votar a constitucionalidade do projeto e depois o mérito. Agora não vamos começar a jogar um contra o outro que este não é o caminho.

#### O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem)

Presidente Cida Borghetti, ouvimos vários colegas e um elogio especial aos nossos palestrantes os representantes que falaram da tribuna tiveram bastante habilidade. Imaginávamos que poderia haver um choque frontal da opinião deles com a opinião daqueles que são contrários ou que são favoráveis à Lei Antifumo.

Rapidamente, Presidente Cida Borghetti, agradecendo aos visitantes, parabenizá-la pela ética, pela moderação nas sábias manifestações. Gostaria de lembrar que algumas áreas do Paraná sofreram várias diversificações no que diz respeito ao plantio, à produção. Teve área que antes era de café, virou área de cana-de-açúcar, outra área virou postagem com a agropecuária, outra área virou para trigo, para soja.

Deputado Romanelli são 33 mil famílias, é uma população, independente até do voto e essa área não é uma área que faço campanha não, minha votação é em Londrina e região, mas esse pessoal não é bandido, não é marginal, são trabalhadores. Então, creio e queria até adiantar aqui a minha opinião, a Lei Antifumo, vai ser aprovada aqui no dia da votação, acho que não há dúvida, acho que a discussão será se vai ter ou não fumódromo. Parece que é o único ponto que está ainda em aberto para ser questionado e ter aqui os votos da maioria dos Parlamentares: fumódromo ou não fumódromo, a Lei Antifumo vai passar, na minha intuição.

Então aproveito, nobre Líder do Governo, o Sr. é um lord, tem que estar até no parlamento europeu, e V. Exa. que é cama, mesa e banho com o Governador Requião, eu sou da Oposição, pequenininho, para lançar aqui uma sugestão, por exemplo: 33 mil famílias não podemos desprezar, não podemos desprezar uma criatura humana sequer, vemos tantas medidas do Governo quando há uma transformação e é sabido que a lei que vamos votar vai mexer no bolso dos produtores de fumo. Muita gente ou vai parar o plantio, ou vai entrar em crise, então a ideia que eu deixo é que o Governador Requião - que ano que vem estará a pleiteando o voto do povo para ser Senador, com a sua bancada, com o nosso apoio da Oposição, encontre um caminho para não deixar na rua da amargura, na rua da miséria esses produtores. Acredito que muitos tem dívidas em banco. E que o Governo dê um apoio técnico e financeiro a esses produtores, que desejarem fazer uma diversificação e ao invés do plantio do fumo partir para uma outra cultura.

Acho, que temos que por a mão na consciência e não deixarmos que eles fiquem desprotegidos por esta Casa e pelo Governador Requião. Eles merecem todo apoio, são brasileiros, são pessoas que amam o Paraná e o Brasil e dão o suor do seu trabalho nessa região, que eles fiquem protegidos a partir da aprovação dessa lei, não sejam marginalizados pelo Governo.

#### A SRA PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passo a palavra ao Vereador Gari Vinício, ele é Presidente da Câmara Municipal de Rio Negro que fará as considerações finais dessa importante Audiência Pública.

#### O SR. GARI VINÍCIO

Apenas gostaria de fazer algumas considerações, a correção de algumas informações que foram prestadas. Quando falei no início do meu pronunciamento de terrorismo, justamente dessa forma que se sente o produtor. Algumas palavras citadas pelo Deputado Cheida, Deputado de Londrina Cidade vizinha a Cidade de Ibiporã, Cidade belíssima que eu já tive prazer de várias vezes passar por lá.

No entanto, serei obrigado a protestar e ao mesmo tempo retificar as palavras que foram manifestadas pelo Deputado Caíto Quintana. Com bastante equilíbrio e sabedoria é o posicionamento que nós temos. No entanto, algumas informações passadas pelo Deputado Cheida é essa forma, Deputado, que chega ao cidadão lá no campo assustando. E não é verdade que foi falada. O último suicídio que aconteceu na minha Cidade de Rio Negro, era de uma jovem de 35 anos bem casada, evangélica e que não fazia uso do fumo e não trabalhava na lavoura, morava na Cidade. O suicídio anterior que ocorreu um cidadão de 18 anos que foi embaixo de uma árvore encheu a cara com dois litros de vodka e se enforcou. Então, não é verdade que há um alto índice de suicídio na produção rural, porque não é verdade do nosso Município. Não é verdade que o cidadão, como o senhor falou... Eu frequento a casa desses trabalhadores rurais quase que diariamente e não vejo as informações que foram passadas ao Deputado Cheida.

Não quero entrar no mérito, não estou defendendo a questão do fumo, sou um ex-fumante, o fumo faz mal. Estamos aqui preocupados com os trabalhadores rurais. E digo mais, hoje que vocês falaram de trabalho escravo, hoje, o setor fumageiro, as pessoas também o fazem por livre e espontânea vontade. Não são obrigados e não vejo trabalho escravo. Hoje vejo o trabalho que é feito pela Dra. Margarete, do Ministério Público, do trabalho infantil, o trabalho que está sendo feito entre as empresas, os produtores, para não se ter mão de obra infantil na produção de fumo. E não se tem. Vai-se na produção e são todos maiores de idade que estão trabalhando, São muitas dessas informações que chegam ao cidadão e ele, lá no interior, fica apavorado da forma como chega.

Esse equilíbrio que estamos trazendo aqui, não estou fazendo apologia do fumo, e tem um histórico familiar que faleceu de câncer. Agora queria saber se foi por causa do álcool ou por causa do tabagismo. Veja o que estamos fazendo quando entramos nessa questão do mérito do crack, da maconha, que são drogas ilegais, e também outra droga legal que é o álcool, que mata 28 mil pessoas só no trânsito, 60% das mortes hoje no Brasil, no trânsito, temos pessoas que fizeram uso do álcool.

Vejo a sabedoria dos Srs. Deputados, pensando justamente nesse ponto de equilíbrio de se achar uma alternativa justa para esses produtores e trazer a mesma renda para essa gente no campo. Essa é a nossa preocupação.

Mais uma vez quero parabenizar os Srs. Deputados, que com sabedoria que estão trazendo esse tema à tona

para esse debate, para discussão, para ver o que se faz e o que se decide.

Boa-tarde. Muito obrigado.

### ***Encerramento da Sessão:***

A SRA PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Agradecendo aos nobres Parlamentares que permaneceram até o final desta, bem como os nossos visitantes, a imprensa, a população que nos assiste através da TV SINAL.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública, marcando outra para terça-feira, dia 18, à hora regimental.

Levanta-se a Sessão.